

Avis, viagem a uma vila medieval*

Armando de Sousa Pereira

Resumo:

É no início do século XIII que o lugar de Avis surge pela primeira vez mencionado na documentação medieval portuguesa. Escolhido, no contexto da Reconquista, para sede de uma poderosa instituição, a Ordem Militar que adopta o seu nome, foram certamente profundas as alterações que a partir de então se operaram nesse povoado, de uma existência que remonta, pelo menos, ao período islâmico. Transformações de vária ordem mas cuja face mais visível, aquela que foi legada à posteridade, é constituída pela própria vila. Trata-se, portanto, de uma proposta de itinerário pela estrutura urbana de Avis medieval o que este estudo pretende aqui apresentar. Recorrendo a documentação diversa, tentamos a reconstituição possível das suas imponentes fortificações e dos arruamentos, as características das casas e dos edifícios que, dotados de maior proeminência material, eram representativos do Poder.

Palavras-chave: Urbanismo, Avis, Idade Média.

Foi a partir da década de oitenta do nosso século que os medievalistas portugueses enveredaram decisivamente, e de forma mais ou menos sistemática, pelo estudo dos núcleos urbanos do Portugal medievo, reagindo ao impulso dado pelos trabalhos pioneiros nesta matéria do Prof. Oliveira Marques. Desta investigação tem resultado uma crescente série de monografias que, acentuando a descrição ou a interpretação e problematização, têm contribuído, todas elas, para um conhecimento que se pretende o mais completo possível das cidades em análise, desde os aspectos de estrutura física aos socio-económicos e político-administrativos². Também José Mattoso dedicou ao assunto interessantes reflexões teóricas, abrindo novas perspectivas para o estudo da história urbana medieval, entre as quais a que interpreta a dinâmica dos núcleos urbanos em relação com os mecanismos de exercício do Poder e as suas vicissitudes³.

Com os dados até agora disponíveis, apesar de irregulares em termos de distribuição geográfica, pois a maioria dos estudos já efectuados centra-se sobretudo na zona litoral-estremenha, é possível compor a paisagem urbana medieval portuguesa, nas suas singularidades e assimetrias regionais⁴, o que, com o complemento do que ultimamente se

* A primeira versão deste estudo foi apresentada, em 1995, ao seminário de "História Urbana Medieval", dirigido pela Professora Doutora Maria Ângela Rocha Beirante, no âmbito do Mestrado de História Medieval, FCSH/UNL. Queremos deixar aqui expresso um especial agradecimento à Professora Doutora Amélia Aguiar Andrade, pela sua leitura crítica deste trabalho.

¹ Cf. A. H. de Oliveira MARQUES, *Novos ensaios de história medieval portuguesa*, Lisboa, 1988. A quase totalidade dos artigos desta colectânea, alguns deles de há já muitos anos, versa a temática que nos ocupa, sendo de destacar "Cidades medievais portuguesas (algumas bases metodológicas gerais)", a pp. 43-67, pelas sugestões metodológicas e roteiro bibliográfico e documental que apresenta. Sobre estas questões, mas com outros pontos de vista e sem um âmbito cronológico preciso, vd. Orlando RIBEIRO, "Proémio metodológico ao estudo das pequenas cidades portuguesas" in *Finisterra*, IV (1969), pp. 64-75.

² Reunindo elementos recolhidos nos estudos entretanto elaborados sobre cidades medievais portuguesas, A. H. de Oliveira MARQUES, Iria GONÇALVES e Amélia Aguiar ANDRADE organizaram um *Atlas de cidades medievais portuguesas (Séculos XII-XV)*, Lisboa, 1990, vol. 1. Obra colectiva apresentada em forma de fichas descritivas que condensam as principais características de cada cidade e respectiva planta no período medieval. Também aqui se colhe a principal bibliografia portuguesa sobre o assunto. A completar com a vasta bibliografia publicada por Amélia Aguiar ANDRADE, "O mundo urbano medieval: uma bibliografia" in *O Estudo da História*, II série, n.º 12-13-14-15/1 (1990-1993), pp. 75-89.

³ Cf. José MATTOSO, "Introdução à história urbana portuguesa: a cidade e o Poder" in *Cidades e História*, Lisboa, 1992, pp. 9-20; "A cidade medieval na perspectiva da história das mentalidades", idem, *ibidem*, pp. 21-33.

⁴ Veja-se sobre este assunto o que escreveu Amélia Aguiar ANDRADE, *Um percurso através da paisagem urbana medieval*, sep. da *Revista Povos e Culturas*, 2 (1987), pp. 57-77. Numa outra perspectiva e com outros propósitos, de referir também o trabalho de síntese de Sérgio Luís CARVALHO, *Cidades medievais portuguesas. Uma introdução ao seu estudo*, Lisboa, 1989. Um pequeno resumo sobre este assunto foi elaborado por Luís Miguel DUARTE, "Urbanismo e sociedade urbana" in *Nos confins da Idade Média. Arte portuguesa, séculos XII-XV*, Lisboa, 1993, pp. 37-43. Tratado com maior desenvolvimento por Manuela Santos SILVA, "As cidades (séculos XII-XV)" in *História de Portugal* (dir. João Medina), Amadora, 1993, vol. III, pp. 249-312. Por fim, consulte-se a mais recente síntese, apesar de não cobrir apenas o período medieval, de Walter ROSSA, "A cidade portuguesa" in *História da arte portuguesa* (dir. Paulo Pereira), Lisboa, 1995, vol. 3, pp. 232-323.

tem feito em história rural⁵, nos permite apreender a diversidade das formas de ocupação e organização humana do espaço territorial português durante a Idade Média.

O estudo que aqui se apresenta, dedicado à vila de Avis, incide particularmente sobre a sua estrutura urbana, o seu “cenário físico”⁶. Com este objectivo procedeu-se ao inventário e recolha da documentação a ela relativa, agrupada, pelas características internas que a particularizam, em textos de natureza jurídico-administrativa, narrativas historiográficas e obras de carácter histórico-geográfico. Utilizou-se ainda um outro tipo de fontes cujo contributo é imprescindível para que se possam compreender, visualizando-as, as realidades materiais que os documentos escritos permitem, só parcialmente, reconstituir. Trata-se das representações cartográficas e iconográficas, registos visuais que, longe de se limitarem a uma função meramente ilustrativa, proporcionam uma maior inteligibilidade da palavra escrita.

A documentação avulsa proveniente do cartório da Ordem Militar de S. Bento de Avis⁷, sediada, como se sabe, nesta localidade, fornece informações diminutas, uma vez que a parte da massa documental que se refere aos bens e propriedades da Ordem é relativa às que possuía em outras povoações e comendas suas, sendo as referências à sua sede praticamente nulas; aproveitáveis, sim, para reconstituir a implantação do seu património a nível nacional. Os tombo de bens da Ordem elaborados a partir do século XVI, um em 1504 por Diogo de Azambuja⁸, e outro em 1556, de Jorge Lopes⁹, apesar de relativamente tardios para o período que nos interessa, são muito mais ricos em informação, pois registam minuciosamente o património da Ordem na vila. O de 1556 oferece, inclusive, uma descrição, com grande riqueza de pormenores, do paço e do convento onde se instalavam mestres e freires.

A chancelaria régia medieval, em parte copiada nos livros da *Leitura Nova*, apesar de lacónica em relação a Avis fornece um ou outro elemento aproveitável, sobretudo os recolhidos nos capítulos especiais de cortes, que registam as queixas do concelho apresentadas a essas assembleias. As informações não abundam sobre esta localidade porque esta era um senhorio da ordem militar aí sediada; é normal, portanto, que não tendo o rei propriedades nesta povoação as referências nos livros de registo da chancelaria sejam reduzidas. Por outro lado, uma vez que a Ordem dominava a vila, usufruindo de um poder simultaneamente secular e religioso, o primeiro partilhado com as autoridades concelhias, não se estabeleceu aí qualquer outra entidade religiosa, eventual concorrente na posse de bens e usufruto de legados pios, que, a existir, nos forneceria também outros e variados documentos. E é só das primeiras décadas do século XVI que, devido à fundação nessa

5 Além dos estudos realizados sobre a zona do Entre Douro e Tejo e a do Mondego, e as monografias sobre o património do mosteiro de Alcobaça, refiram-se de modo especial os que incidem sobre a região a sul do Tejo, nomeadamente Bernardo Vasconcelos e SOUSA, “Paisagem agrária e organização social do espaço no Alentejo medieval (séculos XII a XV)” in *Economia e Sociologia*, 46-47 (1988), pp. 21-39, Hermenegildo FERNANDES, *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medieval. O caso de Beja*, Lisboa, 1991, tese de mestrado policopiada, e Stéphane BOISSELLIER, *Naissance d’une identité portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiana de l’Islam à la Reconquête (Xe-XIVe siècles)*, Lisboa, 1999.

6 A expressão é de Leonardo BENEVOLO, *A cidade na história da Europa*, Lisboa, 1995, p. 13, afirmando que “esse cenário é tão persistente que, ao longo do tempo, vai influenciando nas outras vivências e é, no momento actual, não só um canal insubstituível de comunicação entre presente e passado, mas também de condicionamento do presente sobre o futuro”.

7 Núcleo constituído por mais de um milhão de documentos e variável, na sua temática e cronologia, encontrando-se depositado no ANTT, *Ordem de Avis*, núcleo procedente da Repartição de Finanças de Portalegre (doravante citado por *Ordem de Avis. Núcleo de Portalegre*). Provenientes do cartório da Ordem de Avis, utilizámos também alguns dos seus livros de chancelaria, que reúnem documentação da primeira metade do século XVI, para além dos tombo de bens que a seguir se indicam.

8 O Tombo redigido em 1504 por Diogo de Azambuja (comendador de Alter Pedroso ao tempo do condestável D. Pedro) foi parcialmente copiado no *Tombo das Comendas de Avis*, datado de 1688, e depositado no ANTT, *Próprios Nacionais*, n.º 70 (o primeiro assinalado virá, doravante, citado por *Tombo de 1504*).

9 ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens*, n.º 546 (*Tombo da Mesa Mestral da Ordem de Avis*), proveniente do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças e publicado por José Mendes da Cunha SARAIVA, *Direitos, bens e propriedades da Ordem e Mestrado de Avis nas suas três vilas de Avis, Benavila e Benavente e seus termos*, Lisboa, 1950-1953 (doravante designado por *Tombo de 1556*).

localidade de uma Misericórdia, nos surge outro conjunto documental, constituído pelos tombos de bens dessa instituição¹⁰, possuidora de uma propriedade urbana apreciável, talvez herdada das duas albergarias que no século XIV lá existiam¹¹.

As narrativas historiográficas, que a partir dos séculos terminais da Idade Média surgem em maior quantidade e com crescente riqueza de pormenores, não são de desprezar, apesar de, para aquilo que nos interessa, serem escassos os elementos, na medida em que os seus discursos valorizam dados de natureza completamente diversa. E é a partir do século XVI que são dadas a público as obras às quais atribuímos um carácter histórico-geográfico, as famosas corografias que, a partir desta data, nunca mais deixaram de se escrever e de repetir, com poucas excepções, os erros e fantasias umas das outras. Este tipo de obras fornece dados um pouco arbitrariamente, onde, muitas vezes, os aspectos de carácter lendário são prevaletentes, devendo ser, por isso, seleccionados e criticados com cuidado.

De referir ainda que nenhum estudo de história urbana será suficientemente fundamentado, por mais bem documentado que esteja, enquanto se não fizer, de forma sistemática, prospecção arqueológica que nos dê a conhecer com rigor elementos omissos ou que se apresentam contraditórios e obscuros na documentação escrita¹².

Constatamos, assim, que os documentos mais ricos e seguros em elementos directamente relacionados com o nosso estudo são também os mais tardios, o que pode parecer contraditório, pois o que se pretende é analisar as estruturas urbanas de Avis durante a Idade Média. O estabelecimento desta continuidade torna-se, por razões óbvias, muito problemático num estudo desta natureza, tanto para esta como para qualquer outra localidade. Por isso os testemunhos do século XVI devem ser usados com precaução, mesmo quando fornecem informações sobre realidades de ordem material que, por serem à partida dificilmente mutáveis, se podem reportar a épocas anteriores, sem grandes desfasamentos, isto segundo a regra arquitectónica da “permanência do plano”¹³. Tal regra confirma que, independentemente das alterações, inevitáveis, efectuadas num espaço onde a intervenção humana é constante, o plano das ruas e edifícios mantém-se relativamente estável, anunciando, de alguma forma, o seu traçado primitivo¹⁴.

Exposto o objecto desta investigação e apresentado o conjunto documental que a suporta, delineamos de seguida as directrizes que a vão nortear, orientadas para a análise dos momentos fundamentais da vida da urbe que nos ocupa: as origens, o crescimento, a estagnação. Percurso semelhante ao de qualquer outro organismo vivo.

10 O núcleo documental da Misericórdia encontra-se depositado no Arquivo da Câmara Municipal de Avis (ACMA), aí indexado na rubrica *Arquivo A (Misericórdia)*, de que utilizámos os 4 tombos que cobrem todo o século XVI, com os números de ordem de 226 a 229 (passaremos a designar este conjunto documental somente por *Misericórdia*). O Tombo 1, o nº 226, foi publicado por Maria Clara Pereira da COSTA, *A vila de Avis, cabeça da comarca e da Ordem, séculos XVI a XVIII. Tombos de direitos, bens e propriedades*, sep. da *Revista do Instituto Geográfico e Cadastral*, 2 (1982), adiante citado por *A vila de Avis I*; os outros tombos foram parcialmente publicados pela mesma autora em *A vila de Avis, cabeça da comarca e da Ordem, séculos XVI a XVIII. Tombos de direitos, bens e propriedades da Santa Casa da Misericórdia*, sep. da *Revista do Instituto Geográfico e Cadastral*, 4 (1984), adiante citado por *A vila de Avis II*.

11 Referidas por Fernão LOPES na *Crónica de D. Fernando*, Lisboa, 1975, cap. CXLVI, p. 511 (ed. crítica por Giuliano Macchi). É possível que uma delas fosse a albergaria que a Ordem aí mantinha, a crer nas palavras de Fernando da Silva CORREIA, *Origens e formação das misericórdias portuguesas*, Lisboa, 1944, p. 380, ao afirmar que as ordens militares possuíam albergarias com casa de pousada e enfermagem. Na verdade, sabemos que no Rossio da vila de Avis existiu, durante a Idade Média, *hum Sprital* com doze merceiros da Ordem, e *ynda agora [c. 1556] estam no dito chao os aliceces delle* (ANTT, *Tombo de 1556*, fl. 58).

12 Já Amélia Aguiar ANDRADE, *Um percurso...*, op. cit., p. 58, chamou a atenção para este problema. Sobre a importância da Arqueologia para o estudo da Idade Média, e o trabalho que ultimamente se tem desenvolvido neste sentido, cf. Pedro Gomes BARBOSA, “O medievalista e a Arqueologia (reflexões sobre o caso português)” in *ICALP Revista*, 19 (1990), pp. 109-121.

13 Sobre esta permanência de estruturas e sobre o uso de documentação do século XVI para realidades medievais, veja-se A. H. de Oliveira MARQUES, “Cidades medievais portuguesas...”, op. cit., pp. 49 e 59. Também Aldo ROSSI afirma que o plano permanece e persiste a diferentes edificações, deformando-se frequentemente mas não sendo substancialmente deslocado; cf. *A arquitectura da cidade*, Lisboa, 1977, pp. 64-66. Mais céptico, Roberto S. LOPEZ considera a planta um palimpsesto, uma vez que a ausência de documentos não nos permite traçar as alterações sucessivas que sofreu; cf. *A cidade medieval*, Lisboa, 1988, p. 98. Ainda a este propósito, Simone ROUX afirma que “le dessin général d’un quartier, le tracé d’une rue se survivent de siècle en siècle”; cf. “L’habitat urbain au Moyen Âge. Le quartier de l’Université à Paris” in *Annales. ESC*, XXIV (1969), p. 1196.

14 Só completamente perceptível através da elaboração, e concretização, de um plano de intervenção arqueológica de grande alcance, que permita trazer à luz do dia as estruturas materiais primitivas sobre as quais esta localidade está assente.

Nos finais do século passado Friedrich Ratzel introduziu o conceito de “função” nos estudos geográficos: inspirado na fisiologia, assemelha a cidade a um órgão, sendo as funções que desempenha que justificam a sua existência e asseguram o seu desenvolvimento¹⁵. Vejamos, então, de que forma é possível perspectivar o nosso estudo com base nesta ideia inicial, integrando-a nas estratégias de ocupação social do espaço medieval português¹⁶, com um significado amplo, regional/territorial, e restrito, a localidade de *per se*.

Em primeiro lugar, procuramos saber quais foram as razões que presidiram à escolha do local onde esta Ordem Militar se instalou, tendo em conta a conjuntura político-militar da época e as funções por ela desempenhadas, ou seja, de que forma podia, nesse espaço, operacionalizar os seus princípios normativos.

Por outro lado, determinar quais as potencialidades desta instituição, enquanto foco de Poder, para organizar e “humanizar” um espaço sob a sua jurisdição, através da capacidade de atracção e fixação de pessoas, única forma de assegurar e garantir a posse do mesmo. Trata-se de perceber, então, de que modo o convento-castelo dos freires, elemento polarizador de um espaço, actua como motor de crescimento e dinamismo de um aglomerado populacional, num sentido específico e seguindo motivações próprias, originando outros elementos marcantes do espaço urbano.

A partir do século XVI, a decadência e estagnação. Para Avis é um facto atestado, e ainda hoje a vila nos parece deslocada no tempo. Resta-nos, portanto, averiguar o porquê de tal fatalismo, quais os fenómenos que concorreram para esta situação e de que forma travaram o crescimento de uma povoação, doravante condenada ao imobilismo¹⁷.

A planta da vila, composição de todos estes elementos, traduz as modalidades de ocupação e interacção humanas num espaço concreto; o modo como uma sociedade aí se instalou, adaptou e interveio, orientada por um princípio organizador definido, e reagiu a uma série de vicissitudes determinantes para a sua sobrevivência.

AVIS NO CONTEXTO DA RECONQUISTA

Destacando-se da grande uniformidade de relevo que caracteriza o Alentejo, ou seja, de vastas extensões de planície¹⁸, encontra-se a vila de Avis, implantada a uma altitude próxima dos duzentos metros e circundada pelos cursos de água da bacia fluvial do Tejo¹⁹. O seu posicionamento é de tal modo proeminente que a partir daí se alcançam pela vista numerosas

15 Na sua obra *Antropogéographie*, de 1891, citada por Aldo ROSSI, *op. cit.*, p. 72, nota 9. No mesmo sentido, Marcel RONCAYOLO entende que a função é a “razão de ser” da cidade, determinando o seu conteúdo social, o seu modo de vida, a sua localização e área de influência; cf. “Cidade” in *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, 1986, vol. 8, p. 411. No período medieval a função defensiva/militar parece ser a predominante e determinante na escolha da maioria dos sítios urbanos, como acentuou Orlando RIBEIRO, “Cidade” in *Dicionário de História de Portugal* (dir. Joel Serrão), Lisboa, 1971, vol. 2, pp. 60-66.

16 Para aspectos teóricos sobre o povoamento e a organização do espaço conquistado durante a *Reconquista*, veja-se a Introdução de José Angel GARCÍA DE CORTÁZAR à obra colectiva *Organización social del espacio en la España medieval. La Corona de Castilla en los siglos VIII a XV*, Barcelona, 1985, em especial as pp. 15-18. Uma visão global deste processo, em que se enquadram as estratégias de povoamento na conjuntura político-militar, foi feita por M. GONZÁLEZ-JIMÉNEZ, “Reconquista y repoblacion del Occidente peninsular” in *Actas das II jornadas luso-espanholas de história medieval*, Porto, 1987, vol. II, pp. 455-489. Sobre a organização do espaço no Alentejo da *Reconquista*, e o papel activo que as ordens militares nele desempenharam, veja-se o ensaio de Bernardo Vasconcelos e SOUSA, *op. cit.*, em especial as pp. 22-30.

17 Vejam-se, sobre Avis, as considerações de Jaime CORTESÃO, num texto de pendur literário mas nem por isso afastado da realidade, a mesma que aqui referimos; cf. *Portugal, a terra e o homem*, Lisboa, 1966, pp. 257-260.

18 Para uma caracterização geográfica deste espaço, consulte-se Orlando RIBEIRO, “Portugal” in *Geografia de España y Portugal* (dir. Manuel de Terán), Barcelona, 1955, t. V, pp. 250-252. Vejam-se também os mapas de Amorim GIRÃO, *Atlas de Portugal*, 2ª ed., Coimbra, 1958.

19 A vila está situada num ponto de terreno encaixado na confluência da Ribeira de Avis com a de Seda. Muitas outras linhas de água a contornam, como o Ribeiro do Galego, o da Gafa, o do Poço da Frandina, o do Aredaiago, entre muitos outros abundantemente referidos na documentação (ANTT, *Tombo de 1556*, fl. 60 e ss). É no Ribeiro do Galego que o concelho projecta, em 1465, construir uma ponte, a qual he muyto neçesaria e por o comcelho seer pobre e a nom poder fazer per suas Remdas uos pedimos por merceç que as penas que os Juizes poserem algũas pessoas que sejam pera a dita ponte que os ouijadores da hordem nem corregedores as nom possam leuar pera a chamçelaria atee a dita ponte seer acabada (ANTT, *Leitura Nova. Odiana*, L.º 5, fls. 132-132v).

localidades, entre as quais Portalegre e Estremoz, e mesmo a serra da Estrela, segundo os textos compostos, não sem algum exagero, por fr. Gaspar Xavier Leitão em 1758²⁰. De facto, a eminência do lugar, não só pela altitude e aspereza do morro, contrastando com a restante paisagem, mas também pela ribeira que, contornando o monte, torna o sítio inexpugnável quase em metade do seu perímetro, constituindo mesmo um fosso natural aproveitado pelas suas potencialidades defensivas, foi já posta em relevo pelos corógrafos e cronistas mais antigos²¹.

Contudo, as suas virtualidades geográficas são pouco valorizadas nas obras dos historiadores alcobacenses de Seiscentos, por darem prioridade a critérios de outra natureza. O cronista de Cister, por exemplo, considera que *a causa de se mouerem a fundala antes alli, que em outra parte, allê do sitio ser muy a preposito, foy, porque yndo os descubridores buscando algum, pera fazerem a fortaleza, acharão alli voando duas Águias, que criauão em hũa anzinheira: & como os antigos tiuessê estas aues por fauoraueis em seus agouros, determinarão lançar os fūdamentos junto do lugar donde as acharão, & daqui se tomou o nome de Auis, q̄ em Latim quer dizer Aue*²². Para a escolha do local são dadas explicações de substrato declaradamente mitológico, e estas águias, quase divindades locais²³, e por isso determinantes na definição do sítio onde se iria levantar a fortaleza, são as mesmas que os cavaleiros da Ordem passam a usar nos seus selos e pendões²⁴. Águias de clara reminiscência cristã, mas que anunciam também a plenitude do poder e da capacidade de mando, derivada da tradição imperial romana²⁵.

Constituem as insígnias da Ordem Militar de Avis, os seus símbolos identificadores, associadas à simbólica própria da Ordem de Cister na qual aquela se filia, quer seja a sua cruz ou a imagem de S. Bento. Sincretismo que estaria representado junto à Porta de Évora, em Avis, onde este santo estava pintado e aos seus pés se via *o famoso Fernão Monteiro montado em hum cavallo com escudo embraçado, e hum alfange na mão direita, com huma cabeça de Moura de baixo das mãos do cavallo, e para a parte direita duas aguias reaes sobre huma azinheira*²⁶. De notar ainda a presença da cruz de S. Bento, pintada ou em pedra, em algumas das casas da Ordem na vila, como marcas da sua posse; por outro lado, o pelourinho, documentado para o século XVI, é coroado por uma águia de asas abertas, como que numa apropriação pelo concelho das insígnias próprias do convento²⁷.

Como vimos, pela origem e etimologia atribuídas ao topónimo “Avis” alguns eruditos sustentaram a ideia de que esta povoação teria os princípios da sua fundação nos começos

20 ANTT, *Dicionário Geográfico (Memórias Paroquiais)*, vol. 5, nº 63, pp. 925-935.

21 Cf. António Carvalho da COSTA, *Corographia portugueza*, Lisboa, 1708, t. II, p. 596, e D. Francisco Xavier do REGO, *Descripção geographica, chronologica, historica e critica da villa e real ordem de Avis*, 1730, fl. 8 (Biblioteca Nacional de Lisboa, Reservados, códice 106).

22 Cf. fr. Bernardo de BRITO, *Primeyra Parte da Chronica de Cister*, Lisboa, 1602, fl. 317v.

23 As águias, aves agourentas porque indicadoras dos augúrios divinos, estão já presentes no *corpus* mitológico da Antiguidade greco-latina, e é curioso observar como um autor cristão e homem da Igreja vai “recuperar” a tradição antiga, de raiz pagã, como primeiro factor explicativo para o assentamento populacional num local determinado. Vejam-se exemplos desta presença em Pierre GRIMAL, *Dictionnaire de la mythologie grecque et romaine*, Paris, 1951, pp. 24 e 163.

24 ANTT, *Ordem de Avis. Núcleo de Portalegre*, mc. 4, doc. nº 428, que contém o selo pendente do Mestre D. Afonso Mendes (1334), onde as ditas aves são o elemento iconográfico mais saliente. Vd. a identificação e descrição de vários selos da Ordem de Avis inventariados por Luís Gonzaga de Lancastre e TÁVORA, *O estudo da sigilografia medieval portuguesa*, Lisboa, 1983, pp. 204-205, 206, 218, 238-239, 289 e 300. Veja-se ainda a *Regra da Cavallaria e Ordem Militar de S. Bento de Avis*, Jorge Roijz (impressor), Lisboa, 1631, cap. V, fl. 5v, e o estudo de Maur COCHERIL, “L’*héraldique cistercienne portugaise*” in *Armas e Troféus*, II série, II (1961), pp. 264-278.

25 Sobre a simbologia e utilização da águia na heráldica medieval, vd. o notável estudo de Michel PASTOUREAU, *Traité d’heraldique*, 3ª ed., Paris, 1997, sobretudo as pp. 148-150.

26 Imagem que ainda existia no século XVIII, segundo a descrição de Luiz CARDOSO, *Diccionario Geografico*, Lisboa, 1747, t. I, p. 700.

27 As casas da Ordem que têm esses registos são as descritas nos fls. 49v-52v do *Tombo de 1556*, onde também é referida a existência do pelourinho, no fl. 48 (o que hoje encontramos na praça da vila está datado de 1559). Uma descrição e representação iconográfica da heráldica do concelho de Avis encontra-se em Inácio de Vilhena BARBOSA, *As cidades e villas da monarchia portugueza que teem brasão d’armas*, Lisboa, 1860, vol. 1, pp. 53-55. Vd. também Jorge RODRIGUES, *Guia artístico de Avis, Avis*, 1993, p. 22.

do século XIII, estando o lugar, até esta data, completamente ermo. Para valorizar a acção do Mestre fundador que, ao colocar ali a sua sede, deu origem a uma *rica villa e illustrou aquella deserto*²⁸. Tal posição, cristalizada pelos autores subsequentes, parece-nos muito pouco válida²⁹. Porque estudos mais recentes sobre este vocábulo põem em causa o significado que tradicionalmente lhe é dado, demonstrando a pré-existência do topónimo à instalação no local da ordem militar que dele se apropriou³⁰. Aliás, o primeiro documento onde o mesmo vem mencionado é bem claro neste ponto, no qual Afonso II faz doação aos freires de Évora *de loco illo qui uocatur Avis*³¹, comprovando a referida anterioridade do nome. Com base neste e noutros elementos, que a seguir se apresentam, constatamos que já existiria nesse espaço um povoado, antes da Ordem nele se ter instalado.

A presença humana na região envolvente remonta a tempos pré-históricos, como o demonstram os monumentos megalíticos que aí se encontram³², e o sítio onde hoje encontramos a vila de Avis teria recebido os seus primeiros povoadores na Idade do Ferro, na opinião de João de Almeida, que a considera um antigo castro lusitano³³; afirmação pouco credível, pois não dispomos de quaisquer tipo de provas que permitam aceitar e fundamentar tal suposição. Depois, os testemunhos da Romanização, que foi particularmente intensa na zona do Alto Alentejo, onde se cruzavam uma série de caminhos terrestres que faziam a ligação entre Lisboa e Mérida, pontos extremos de um percurso que ainda no período islâmico e medieval se mantinha³⁴. De facto, a estrada que atravessava o Alentejo a norte era quase decalcada das antigas vias romanas, mas, pelo menos a partir do século X, já se registam desvios para Avis, que anunciam assim a existência de um núcleo populacional³⁵.

28 Nas expressões de João Bautista de CASTRO, *Mapa de Portugal antigo e moderno*, Lisboa, 1763, t. II, pp. 20-21.

29 Cf. António Carvalho da COSTA, *op. cit.*, p. 597, Raphael BLUTEAU, *Vocabulário portuguez e latino*, Coimbra, 1712, vol. 1, pp. 673-674, Augusto Pinho LEAL, *Portugal antigo e moderno*, Lisboa, 1873, vol. 1, p. 283, Esteves PEREIRA e Guilherme RODRIGUES, *Portugal, dicionário histórico*, Lisboa, 1904, vol. 1, p. 905, e Américo COSTA, *Diccionario chorographico de Portugal continental e insular*, Lisboa, 1930, vol. II, p. 1166.

30 Joaquim da SILVEIRA filia *Avis* nas localidades italianas de *Avis* ou *Avisio*, nome que lhe teria sido atribuído pelos colonos estrangeiros que ocuparam o Alentejo durante a *Reconquista*; cf. "Toponímia portuguesa (esboços)" in *Revista Lusitana*, XXIV (1921-22), p. 198. Joseph M. PIEL considera que os topónimos de substrato pré-romano são de difícil explicação, nos quais inclui *Avis*; cf. "Aspectos da toponímia pré-árabe ao Sul do Tejo" in *A Cidade de Évora*, 59 (1976), pp. 43-49. José Pedro MACHADO atribui-lhe origem céltica, do vocábulo que também explica o nome do rio Ave, uma vez que a vila é banhada pela caudalosa ribeira que lhe dá o nome; cf. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*, Lisboa, s/d, vol. 1, pp. 192-193.

31 ANTT, *Ordem de Avis. Núcleo de Portalegre*, mc.2, doc. n.º 61, datado de Coimbra, aos 30 de Junho de 1211; *Chancelaria de D. Afonso III*, L.º 1, fl. 19; *Gavetas*, VII, mc. 14, doc. n.º 9. No século XVIII, D. Francisco Xavier do REGO, *op. cit.*, fl. 7, constatou o facto de neste documento se poder perceber que aquele sítio tinha já o nome de "Avis".

32 Cf. M. de Mattos SILVA, "Notícia das antiguidades prehistoricas do concelho de Avis" in *O Archeologo Português*, I (1895), pp. 120-125 e 214-216, onde o autor expõe o espólio encontrado nas escavações da Anta Grande da Ordem e na Anta da Herdade da Capela. É significativo o facto do *Tombo de 1556*, fls. 95v-96, referir o topónimo *val das antas* na delimitação de uma courela de terra. Cf. também fr. Leão de S. TOMÁS, *Benedictina Lusitana*, Coimbra, 1644, t. I, pp. 182-183, onde nos informa que fr. Lopo de Sequeira, prior do convento de Avis em 1608, *santificou hua lapa grande da cerca, que em tempos antigos fora domicilio de hua feiticeira famosa, levantando nella hum altar, & hua imagem de N. P. S. Bento*, por certo uma anta que assim passou a fazer parte daquele espaço sacralizado, como aconteceu com outras suas congéneres, transformadas em capelas.

33 João de ALMEIDA, *Roteiro dos monumentos militares portugueses*, Lisboa, 1948, vol. III, p. 51. Apenas um levantamento arqueológico sistemático poderá desfazer ou comprovar tais opiniões, que carecem de fundamento sólido. Até lá limitamo-nos a reunir, de forma tão criteriosa quanto possível, informações que nos permitam caracterizar o estado do local antes dos freires aí se instalarem, para se perceber melhor o alcance das transformações daí decorrentes.

34 Cf. Mário SAA, *As grandes vias da Lusitânia. O itinerário de Antonino Pio*, Lisboa, 1956, t. I, pp. 128-129 e 147-148. Sobre este mesmo assunto veja-se Jorge de ALARCÃO, *Portugal romano*, Lisboa, 1974, p. 64, 67 e 197, com a cartografia das vias, povoações e mosaicos romanos encontrados na parte sul de Portugal, que nos dá uma imagem do número e distribuição das *villae* romanas no nosso país, bastante densa para a região que nos ocupa.

35 Ibn Hawqal, geógrafo muçulmano da segunda metade do século X, refere por duas vezes a existência de *Avis* (*Abêz*, em árabe), na sua obra *Kitab Surai al-Ard*, ao delinear os itinerários entre as principais cidades de al-Andalus (que percorreu entre os anos de 947-951), prova da antiguidade da ocupação islâmica neste espaço; cf. Ibn HAWQAL, *Configuracion del Mundo (fragmentos alusivos al Magreb y España)*, Valência, 1971, pp. 15 e 68, tradução e índices por Maria Jose Romani Suay (informação gentilmente cedida pelo Professor Adel Sidarus). Cf. também Christophe PICARD, *Le Gharb al-Andalus: étude régionale d'après les sources littéraires et archéologiques*, Paris, 1986, pp. 225 e 228, e A. H. de Oliveira MARQUES, "O 'Portugal' islâmico" in *Portugal, das invasões germânicas à 'Reconquista'*, Nova História de Portugal (dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, vol. II, pp. 168-169, com a cartografia das principais vias terrestres a sul do Douro durante o domínio muçulmano. Ainda sobre as vias de comunicação em torno de Avis, vd. a Introdução de José Mendes da Cunha SARAIVA a *Direitos, bens e propriedades...*, *op. cit.*, pp. 12-14.

As marcas da ocupação muçulmana detectam-se também nos topónimos de origem berbere que existem nesta região³⁶, para além daqueles que se encontram na própria vila e que colocam a hipótese de uma possível fundação por comunidades agro-pastoris muçulmanas. Na documentação compulsada deparámos com outros topónimos que, não sendo propriamente de raiz árabe, revelam, de qualquer modo, uma forte presença desta comunidade, que pode ser anterior à fixação dos freires. É o caso de *quintal da mizquita* e *Rua da mizquita*, o que permite supor ter aí existido, de facto, uma mesquita, talvez destruída aquando da construção da Torre de Menagem que, ainda no nosso século, estava adjacente a esses quintais³⁷. Dentro da vila, a mouraria, numa posição de contiguidade com a praça, espaço central e topograficamente mais elevado, permite-nos supor ter sido este o núcleo primitivo da povoação que, a ser uma alcaria muçulmana³⁸, encontraria aqui a sua continuidade.

De notar ainda a existência de outros topónimos, do espaço rural envolvente, como *Adro dos mouros* (provável alusão ao seu cemitério, tendo em conta que “adro” remete, à partida, para um espaço sacralizado), *Monturo das Mouras* e *Val de Mouro*³⁹: porque ainda usados no período cristão, confirmam a intensa e ancestral presença islâmica. Elementos suficientes para provar a existência de um núcleo urbano e de uma comunidade muçulmana muito anteriores à chegada dos freires de Évora nos primeiros anos do século XIII, que significou apenas uma mudança ao nível dos detentores do Poder e não uma substituição de ocupantes. O que vai operar uma espécie de simbiose, de múltiplos sentidos e expressões, entre os elementos de continuidade e os de ruptura, tendo em conta a dinâmica própria das sociedades de fronteira.

A escolha deste espaço para a implantação de uma comunidade humana deveu-se, como vimos, às potencialidades naturais do *sítio*, ao seu valor geoestratégico, na altura extremamente valorizadas devido aos processos militares então postos em prática⁴⁰, e à sua *situação*, ou seja, às condições gerais do meio em que se insere⁴¹. A doação de Avis aos freires de Évora inscreve-se, portanto, num vasto programa reconquistador que tinha por objectivo estender a fronteira cristã cada vez mais para sul, através da guerra, e promover o povoamento e consequente valorização económica das regiões progressivamente ocupadas.

Esta a finalidade da *Reconquista* cristã que, no espaço português em formação, sofre pesado revés, mercê das violentas investidas almóadas que nos anos de 1190 e 1191 fazem recuar a fronteira à linha do Tejo, apenas permanecendo Évora incólume aos seus ataques⁴².

36 Referimo-nos às localidades de Bembelide e Benavila, no concelho de Avis; vd. A. H. de Oliveira MARQUES, “O ‘Portugal’ islâmico”, *op. cit.*, p. 141.

37 ANTT, *Ordem de Avis*, L.º 14, fl. 59; trata-se do livro da *Visitação das igrejas e comendas de Avis*, conjunto documental datado de 1538, onde pela primeira vez surge a referência a estes quintais. Cf. também o *Tombo de 1556*, fls. 62v-63v.

38 António Borges COELHO, nos *Quadros para uma viagem a Portugal no século XVI*, Lisboa, 1986, pp. 203-204, faz remontar as muralhas e torres de Avis ao período de domínio muçulmano, não apontando quaisquer fundamentos para tal afirmação. Não afastamos, porém, a hipótese da existência de estruturas defensivas rudimentares edificadas pela comunidade muçulmana aí estabelecida, que teriam sido aproveitadas pelos freires para a construção das suas fortificações.

39 ACMA, *Misericórdia*, Tombo 1, fls. 35 e 42; ANTT, *Tombo de 1556*, fls. 57-57v e 80.

40 A estratégia mais comum de fazer a guerra na Idade Média era a tática do ataque e cerco aos principais centros urbanos, pelo que estes se encontravam implantados em locais naturalmente defensáveis no sentido de reforçar um sistema de fortificações muitas vezes débil e que não permitia uma defesa activa por parte dos sitiados; cf. James F. POWERS, *A society organized for war. The iberian municipal militias in the central Middle Ages, 1000-1284*, Berkeley, 1988, pp. 136-161; Philippe CONTAMINE, *La guerre au Moyen Age*, 4.ª ed., Paris, 1994, pp. 207-231, sobre os processos de ataque e defesa.

41 Os conceitos de *sítio* e *situação*, aplicados ao estudo dos aglomerados urbanos, foram expostos por Jacqueline BEAUJEU-GARNIER em *Geografia urbana*, Lisboa, 1983, pp. 94-96.

42 Sobre esta conjuntura, vd. José MATTOSO, *História de Portugal*, Lisboa, 1993, vol. II, p. 95 e ss. Teriam sido os freires de Évora os responsáveis pela valorosa defesa desta cidade aquando das investidas almóadas; cf. Maria Ângela Rocha BEIRANTE, *Évora na Idade Média*, Lisboa, 1995, pp. 19-20. O que também é relatado por fr. Bernardo de BRITO, *op. cit.*, fl. 317v, referindo a este propósito o facto, curioso mas não confirmado, de o nome do Mestre Fernando Eanes persistir na memória dos mouros do Algarve, porque, diz o cronista, *quando se rogava alguma prega, tinham que não era piquena dizer: Golpe de Fernandianes que te alcance.*

Recuperar o espaço perdido, atenuar a pressão muçulmana sobre a zona do Tejo, exercida a partir do sul e sobretudo da linha Elvas-Badajoz, e garantir a Lisboa e Santarém uma defesa eficaz, vai ser tarefa entregue, primordialmente, às ordens militares, às quais são doados grandes domínios territoriais situados em zonas de fricção⁴³, o que permitia garantir “a acção das únicas forças militares profissionalizadas que por essa época existiam”⁴⁴.

É neste contexto que Afonso II concede aos freires de Évora⁴⁵, em 1211, o lugar de Avis, com a condição de aí construírem um castelo e o povoarem (*castrum edificetis et populetis*)⁴⁶, com o duplo objectivo de defender e promover a dinamização económico-social desse espaço. No mesmo documento são delineados os limites do seu termo ou raio de influência, um território extremamente vasto: *incipit in Ponte de Soor; et uadit ad Pontem de Seda, et inde ad caput de Alter; et uadit ad Racefe, et redit ad Petroganum de Fagiar noidar; sicut uadit ad matam de Alcalauica, et redit ad serram de Stremoce et uadit per aquam de Almadafe, ubi intrat in Teram, et inde per Teram, ubi intrat in aquam de Seda*⁴⁷, que confinava com Santarém⁴⁸, Coruche, Évora, Elvas e Abrantes. Para aí transferiram a sua sede, a partir da qual passaram a fazer as suas conquistas⁴⁹.

A doação está datada de 1211 mas a Ordem só tomou posse efectiva das propriedades depois de 1218, uma vez que neste ano é ainda o rei D. Afonso II quem concede foral aos *populatoribus de Auis*⁵⁰, seguindo o modelo do primeiro foral dado por Afonso Henriques, seu avô, aos povoadores de Évora, o que demonstra que entre aquelas duas datas lá se estabeleceu gente e se organizou um concelho, passando a partir daí a verificar-se a coexistência de duas comunidades, a dos cristãos dominadores e a dos muçulmanos submetidos.

43 Também na parte castelhana entre o Tejo e a Serra Morena o espaço era considerado “terra de ninguém”, fracamente povoado porque área pouco propícia ao estabelecimento humano, por ser zona de constantes razias, tal como na parte portuguesa correspondente, daí a entrega de vastas propriedades às ordens militares para que estas promovessem a defesa e ocupação do território, o que leva Emilio Cabrera a afirmar que o aspecto mais característico desta área geográfica é, precisamente, a presença das ordens militares; cf. Emilio CABRERA, “Del Tajo a Sierra Morena” in *Organización social del espacio...*, op. cit., pp. 132-147.

44 José MATTOSO, “D. Afonso II, o Gordo” in *História de Portugal* (dir. José Hermano Saraiva), Lisboa, 1983, vol. 2, pp. 129-130; idem, *Ricos-homens, infanções e cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, 2ª ed., Lisboa, 1985, pp. 227-239, sobre o papel das ordens militares na *Reconquista* portuguesa. A cronologia da presença das ordens militares no espaço de transição da Beira Baixa para o Norte alentejano encontra-se no bem documentado estudo de Herminia Vasconcelos VILAR, “Uma fronteira entre poderes: as dioceses de Évora e da Guarda no nordeste alentejano” in *2º Congresso histórico de Guimarães. Actas*, Guimarães, 1997, vol. 4, pp. 205-220.

45 Ordem fundada entre os anos de 1175-1176, tendo em Évora a sua primeira sede; sobre as suas origens e implantação territorial, veja-se Maria Cristina Almeida e CUNHA, *A Ordem militar de Avis (das origens a 1329)*, Porto, 1989, pp. 22-29, tese de mestrado policopiada.

46 ANTT, *Ordem de Avis. Núcleo de Portalegre*, mc. 2, doc. nº 61 (cf. nota 31).

47 Idem, *ibidem*; ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, L.º 1, fl. 285v, que apresenta a confirmação do termo de Avis. Cf. Rui de AZEVEDO, “Período de formação territorial” in *História da expansão portuguesa no mundo* (dir. António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias), Lisboa, 1937, vol. I, p. 59 e mapa de termos construído pelo autor. Considera A. H. de Oliveira MARQUES serem estas as terras mais férteis e produtivas do Alentejo, as atribuídas à Ordem de Avis; cf. *História de Portugal*, 12ª ed., Lisboa, 1985, vol. 1, p. 144. No século XVI o termo de Avis já se encontra mais rigorosamente demarcado nas suas confrontações territoriais, como se pode ver no *Livro do número dos moradores e confrontações dos termos, com outras declarações, das vilas e lugares dos mestrados de Santiago, Avis e Cristo, e priorado do Crato, da comarca de Entre-Tejo-e-Guadiana*, elaborado em 1532 por ordem de D. João III: *Jtem parte com o termo da ponte do sor ao norte. E tem de termo pera esta parte tres Legoa e sam desta villa a ponte do sor quatro. // Jtem parte com o termo de seda ao nordeste E tem de termo pera esta parte duas Legoa e sam desta villa a seda tres. // Jtem parte com o termo d'Alter do chã ao Leuante E tem de termo pera esta parte tres Legoa. E sam desta villa a alter quatro. // Jtem parte com o termo de fronteyra tambem ao Leuante E tem de termo pera La outras tres Legoa. E sam desta villa a fronteyra outras quatro. // Jtem parte com o termo de souseL ao sueste E tem pera esta parte outras tres Legoa. E sam desta villa a souseL outras quatro. // Jtem parte com o termo de pauiá ao sul. E tem de termo pera esta parte duas Legoa. E sam desta villa a pauiá tres. Emtramdo nestas tres Legoa a villa do cano que esta dentro No termo desta villa. E sam desta vila ao cano tres do sueste. // Jtem parte com o termo da villa da mora do ponente E tem de termo pera esta parte tres Legoa e sam desta villa a mora quatro. // Jtem parte com o termo de santarem ao noroeste. E tem de termo pera esta parte tres Legoa. E sam desta villa a santarem treze (ANTT, *Gavetas*, V, mc. 1, doc. nº 47, fls. 66v-67v, para o trecho aqui transcrito).*

48 Note-se a ocorrência de conflitos entre o Mestre D. João Peres e as autoridades concelhias de Santarém a propósito da divisão e demarcação d'ós respectivos termos, que obrigam à intervenção do rei D. Dinis em 1292 (ANTT, *Ordem de Avis. Núcleo de Portalegre*, mc. 2, doc. nº 80; idem, *Chancelaria de D. Dinis*, L.º 2, fl. 49v), documentos de grande interesse para o estudo da delimitação das “fronteiras internas” em Portugal, em termos jurídicos e administrativos, ao tempo da sua formação e consolidação territorial.

49 Como as conquistas de Veiros, Monforte e Borba, referidas por fr. António BRANDÃO, *Monarchia Lusitana. Parte Quarta*, Lisboa, 1632, fls. 98-98v, mas não confirmadas pela historiografia recente. Também fr. Bernardo de BRITO, op. cit., fl. 318, afirma que dali se iniciou *hua guerra tam continua contra as fronteiras dos Mouros, que em poucos annos despejaraõ grande parte dellas, & as pouoaraõ de Christãos*.

50 ANTT, *Ordem de Avis. Núcleo de Portalegre*, mc. 2, doc. nº 63, Coimbra, Agosto de 1218 (já em 1215 o rei lhes tinha concedido o mesmo foral: mc. 2, doc. nº 67); publicado por Alexandre HERCULANO, *Portugaliae Monumenta Historica. Leges et consuetudines*, Lisboa, 1856, p. 579. Sobre a instalação dos freires em Avis, vd. Rui de AZEVEDO, op. cit., p. 59; Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, nova ed. dir. por Damião Peres, Porto, 1967, vol. I, pp. 148-149; Henrique da Gama BARROS, *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2ª ed. dir. por Torquato de Sousa Soares, Lisboa, 1945, t. II, pp. 313-315.

As obras de fortificação da localidade teriam sido iniciadas em 1214⁵¹, pelo que se deduz da inscrição epigráfica aberta na Torre que protege a Porta do Açougue⁵²:

FERNANDUS . MAGISTER . DEI . / GRacia . ORDINIS .
CALATRAVENsis . / IN PORTUGAL . CUM . SUO . CON /
VENTU . INPLanTAVIT . AVIS . IN FESTI / VITATE .
ASSUMPCIONIS . SanCtE . MARie / Era . M . CC . LII .
STEFANUS . / MARTINI . SCRIPSIT . PATER / NOSTER .
PRO . AnImA . EIUS ./

Compreende-se assim a não transferência imediata dos freires, que só o fazem por volta de 1223, quando, provavelmente, estas obras estariam concluídas. Contudo, só em 1253 o domínio da Ordem sobre a vila se torna bem definido, ano em que recebe novo foral, outorgado agora pelo Mestre D. Martim Fernandes, no pleno exercício das suas prerrogativas senhoriais⁵³. Todavia, já em 1215 os freires eram associados a Avis, como o prova um documento em que D. Mafalda, filha de Sancho I, doa os herdamentos que possuía no lugar de Casal, na terra de Seia, a D. Fernando Eanes, *magistro ordinis de Avis nomine*⁵⁴.

ELEMENTOS ESTRUTURANTES DE UM ESPAÇO URBANO

Sistema defensivo

Ao olharmos de longe para Avis o que nos aparece mais perceptível à vista são as imponentes torres que flanqueiam os troços de muralha ainda existentes; de formato quadrangular e muito robustas, restam ainda três, denunciando à posteridade o papel marcadamente militar que a vila desempenhou ao longo da Idade Média. Foi, aliás, esta função defensiva que conduziu, numa primeira fase, o crescimento da urbe, e o seu carácter fortificado surge precisamente como símbolo do poder e autoridade que a Ordem aí possuía, diferenciando a vila do mundo rural que a envolve e ao qual dá protecção⁵⁵.

51 Tal é a opinião de D. Francisco Xavier do REGO, *op. cit.*, fl. 6, que se baseia na inscrição epigráfica que aqui reproduzimos; cf. também Rui de AZEVEDO, *op. cit.*, p. 59. Não concordamos com a posição de Maria Clara Pereira da COSTA, ao considerar que esta data marca a conclusão da muralha que fechava o povoado e respectivo castelo, não se compreendendo assim a razão pela qual os freires não se transferiram de imediato; cf. *A vila de Avis I*, p. 3.

52 Seguimos a mais recente leitura, de Mário Jorge BARROCA, *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*, Porto, 1995, vol. II, t. 1, pp. 554-556, inscrição nº 275, tese de doutoramento policopiada.

53 ANTT, *Forais Antigos*, mc. 10, doc. nº 6, cópia autenticada de 1471, a que Alexandre HERCULANO publica nas *Leges*, pp. 595-596, tendo-lhe atribuído, erradamente, a data de 1223. Foral que segue o de Montemor-o-Novo, de 1203, e que se filia no modelo de Évora, contendo disposições características das regiões de fronteira pela importância dada à guerra e privilégios concedidos à fixação de povoadores: determina, por exemplo, que duas partes dos cavaleiros vão ao fossado, ficando a terceira na vila; que as tendas, moinhos e fornos de homens de Avis sejam isentas de foro; estabelece ainda a proibição de penhorar mercadores e caminheiros, quer eles sejam cristãos, judeus ou mouros. Sobre estes aspectos, vd. o estudo de António Matos REIS, *Origens dos municípios portugueses*, Lisboa, 1991, pp. 190-204, apesar de manter a mesma data adoptada por Herculanano, mesmo que Rui de Azevedo tenha indicado, já em 1937, a datação correcta.

54 ANTT, *Ordem de Avis. Núcleo de Portalegre*, mc. 2, doc. nº 74.

55 A muralha, elemento físico e simbólico, é o que define e identifica um espaço urbano, e ao mesmo tempo que exclui o mundo rural acolhe-o em caso de guerra. Cf. Jacques LE GOFF, "L'apogée de la France urbaine médiévale" in *Histoire de la France urbaine* (dir. Georges Duby), Paris, 1980, t. II, pp. 198-205; Jacques HEERS, *La ville au Moyen Âge. Paysages, pouvoirs et conflits*, Paris, 1990, pp. 328-331. Ainda sobre as muralhas e relações cidade-campo, cf. Jacques ROSSIAUD, "O cidadão e a vida na cidade" in *O Homem medieval* (dir. Jacques Le Goff), Lisboa, 1989, pp. 101-102.

De facto, era obrigação da Ordem fortificar o lugar, como constava do documento que lhe atribuiu o seu domínio; imperativo que se justifica pela necessidade de consolidar e perpetuar a posse desse espaço, sendo ao mesmo tempo requisito fundamental para atrair população, que só se fixava se sentisse condições mínimas de segurança para o desenvolvimento das suas actividades quotidianas⁵⁶.

As obras teriam sido iniciadas durante as festividades de Santa Maria de Agosto do ano de 1214, dirigidas pelo então Mestre D. Fernando Eanes, o que se pode deduzir da inscrição comemorativa embutida na Porta do Açougue, a que atrás reproduzimos; parece que em 1223, com o Mestre D. Fernando Rodrigues Monteiro, já estariam concluídas ou pelo menos em fase de conclusão, uma vez que é nesta data que os freires se mudam definitivamente de Évora para aqui⁵⁷. Foi também por estes anos que os muçulmanos atacaram Avis pela primeira vez, como que para testarem a qualidade das suas recentes fortificações, mas foram obrigados a retirar, como conta fr. Bernardo de Brito, ficando assim *daquelle dia em diante seguros os moradores da villa, & passandose a ella o Conuento de Euora, acabou de se perfeçoar o que ficara imperfeito*⁵⁸.

Dispomos de uma prova documental, sem data precisa mas atribuível ao primeiro quartel do século XIII, alguns anos posterior à doação, que é demonstrativa da manutenção da actividade construtora em Avis e do seu carácter prioritário. Trata-se de uma composição entre o bispo e cabido de Évora e a Ordem de Avis⁵⁹, onde se refere que os dizimos que os freires receberem dos homens de Coruche que trabalham nas terras de Mora e do Ramalhão e nas mestas de Seda e do Sor, devem ser utilizados *pro bono pacis in subsidium construendorum nouorum de Auis*. Não se sabe a que tipo de construções o texto se refere mas é provável que se trate das muralhas que rodeiam a vila, cuja fortaleza era indispensável como garante de estabilidade à sua população. A evidência desta necessidade é reforçada no mesmo documento, ao estabelecer que os dizimos, mortórios, primícias e oblações que os freires tenham recebido, que os não dêem à igreja matriz mas que os conservem para *construccionem nouorum*.

Todos os cronistas são unânimes quando destacam a boa qualidade do sistema defensivo de Avis, limitando-se, porém, a descrições rápidas e simplistas, como esta da segunda metade do século XVI: *He a dita villa d Auís cercada de bom muro. e ho castello della he sobresi com sua bõa fortalleza e torre de menagem alta e forte he cercado de muito bõa e bem forte cerca*⁶⁰. Neste sentido, apresentamos de seguida alguns elementos que foi possível

56 O acto de "fechar" o espaço habitacional, dotando-o de estruturas defensivas, para além do seu carácter pragmático exprime o profundo sentimento de insegurança enraizado na mentalidade do Homem medieval; cf. Philippe CONTAMINE, "Os arranjos do espaço privado. Séculos XIV-XV" in *História da vida privada* (dir. Georges Duby e Philippe Ariès), Porto, 1990, vol. 2, p. 435. Considerando que este autor reporta para a Baixa Idade Média, como se pode ver pelo âmbito cronológico do texto aqui citado, mas que nos parecem perfeitamente válidos para os séculos anteriores.

57 Cf. Raul PROENÇA, *Guia de Portugal*, Lisboa, 1927, vol. II, pp. 398-400; Rui de AZEVEDO, *op. cit.*, p. 59; João de ALMEIDA, *op. cit.*, p. 51, aponta também estas datas, mas acrescenta que a fortaleza foi construída sobre as ruínas de um *oppidum* lusitano.

58 Cf. fr. Bernardo de BRITO, *op. cit.*, fl. 318. Partindo do pressuposto de que aquele seria um espaço ermo, considera o autor que a fundação e, portanto, "origem" da vila se deu aos 15 de Agosto de 1223, dia da festa da Assunção de S.ta Maria (tal rigor cronológico inspira-se certamente na inscrição já citada, e que também Brito conheceria...), quando estariam terminados os seus trabalhos de fortificação e os freires se transferiram de Évora para Avis; cf. fl. 317v.

59 É um documento depositado no Arquivo do Cabido da Sé de Évora e publicado por Carlos da Silva TAROUCA em "As origens da Ordem dos Cavaleiros de Évora (Avis) segundo as cartas do Arquivo do Cabido da Sé de Évora" in *A Cidade de Évora*, 13-14 (1947), pp. 33-35, de que transcrevemos a parte mais significativa para o nosso estudo: *Item mandamus quod quicunque de Coluchio terras excoluerint, in Lezira de Mora, et in Ramalom, et in inestas de Seda, et de Soor, de decimis dent terciam Episcopo, et terciam Fratibus, et terciam clericis, quorum parrociiani fuerint. Si quas autem decimas de predictis locis Fratres hactenus perceperunt, habeant pro bono pacis in subsidium construendorum nouorum de Auis. (...) Item de ecclesijs et altaribus fundatis in Castro de Auis, mandamus quod non diruantur, sed permaneant in suo robore, et presteat Episcopus suam auctoritatem. De Decimis, morturijs, primicijs et oblationibus quas Fratres hactenus perceperunt in Castro de Auis, nichil dent matriçi ecclesie, sed habeant illas ad construccionem nouorum*. R. Durand considera que a presença, em documentos dos séculos X a XII, da expressão *in Castro* (a mesma que surge neste documento relativo a Avis), se refere a um habitat fortificado novo, esclarecendo que no século X *castrum* designa uma vila amuralhada, dotada de uma igreja, cujo reduto fortificado é designado, nos séculos seguintes, por uma grande variedade de termos, como atalaia ou alcáçova. Cf. Robert DURAND, "Habitats fortifiés et organisation des pouvoirs au Portugal" in *Habitats fortifiés et organisation de l'espace en méditerranée médiévale*, Lyon, 1983, pp. 69-75.

60 ANTT, *Tombo de 1556*, fl. 19.

recolher e que nos elucidam, com mais pormenor, sobre as fortificações da vila na sua organização estrutural, bem como as transformações pontuais que sofreu ao longo da Idade Média⁶¹.

O núcleo do sistema defensivo era constituído pelo que pode ser denominado por alcáçova (do árabe *al-qaçba*, que significa “castelo”, “fortaleza”)⁶², ou seja, um recinto murado integrado no perímetro urbano mas que dele se separava por uma cerca própria. Em Avis este castelo foi edificado a nascente, num dos extremos da vila, o ponto mais facilmente defensável pelo acidentado do terreno e porque a ribeira, com o mesmo nome, constituía um fosso natural que rodeava o monte⁶³, estendendo-se depois ao longo da muralha, no sentido de sudoeste, onde havia uma barbacã que reforçava a protecção, estrutura esta já inexistente no século XVI⁶⁴.

Este reduto comunicava com a vila e vice-versa por portas abertas na cerca. A Porta do Convento, que abria para a rua do mesmo nome: *porta da dita cerca em m^o pella qual serue ha villa pera o dito conuento e os freires pera a dita villa*, e uma outra *pello adro per onde se serue os Alcaides móres*⁶⁵, portas através das quais se colocavam em comunicação as duas instâncias de Poder que coexistiam na vila, a senhorial e a concelhia. Para o exterior havia a *porta da cerca pella qual sae pera o resio*⁶⁶: é nas suas imediações que fica o Rossio, inicialmente constituído por terras baldias comunais que se transformam depois num espaço amplo para permitir um fácil acesso de homens e mercadorias, transportes e gado e onde os freires recebiam os dízimos dos habitantes da vila e termo, pois era junto a essa porta que se situavam as estruturas materiais de apoio à administração do seu vasto património fundiário, como o celeiro e o lagar⁶⁷. O *Tombo de 1556*, ao delimitar as confrontações de umas propriedades da Ordem, menciona ainda uma Porta da Traição⁶⁸, que pensamos localizar-se a norte do castelo, nas traseiras da Torre de Menagem. É comum a existência deste tipo de portas nas fortificações portuguesas medievais, geralmente abertas ao campo e sempre no terreno mais escarpado, por onde a guarnição mantinha comunicações

61 Para uma melhor compreensão de todos os aspectos que a partir de agora se indicam torna-se necessária a sua visualização, para o que se publica, em anexo, o mapa com a legenda “Planta de Avis na Idade Média (hipótese de reconstituição)”. Este mapa foi construído com base nos elementos da nossa investigação pessoal, cartografados sobre a planta actual da vila; recorremos também aos ensaios de representação cartográfica de Avis medieval e moderna já tentados por António Borges Coelho e Maria Clara Pereira da Costa, nas obras antes citadas. A parte gráfica deve-se à Paula Elvas e ao Sebastião Carmo Pereira, a quem agradecemos o apoio prestado.

62 Cf. fr. Joaquim de Santa Rosa de VITERBO, *Elucidário das palavras, termos e frases, que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, Porto, 1965 (ed. crítica de Mário Fiúza), vol. 1, p. 302.

63 Fr. Gaspar Xavier LEITÃO, *op. cit.*, p. 930, diz, a este propósito, o seguinte: *Toda a villa he cercada de huma ribeira (...) Não só por este fosso que lhe pos a natureza, mas também, pellos inasçesíveis penascos, que a rodeão; se fosse praça regular, seria inconquistavel. Assim o ouvi a multos officiaes, peritos na arte militar.* A este “fosso” estaria provavelmente ligado o ribeiro que se faz das augoas choudedicas, referido no *Tombo de 1556*, fl. 58, aí localizado e que teria um comprimento aproximado às 36 varas (c. 40 m). Exemplos semelhantes são os de Toledo e Segóvia, em Espanha, ambas situadas em locais dificilmente expugnáveis, aproveitando sítios abruptos e leitos fluviais como obstáculo para o inimigo; referidos por Fernando CHUECA GOITIA, *Breve história do urbanismo*, 2ª ed., Lisboa, 1989, pp. 88-89.

64 ANTT, *Tombo de 1556*, fl. 55v. Ao indicar as confrontações de um ferrageal que a Ordem possuía, Jorge Lopes, autor deste Tombo, refere o *Resio do concelho que foi barbacã do dito muro*. A barbacã (do árabe *bab-bagar*, “porta dos bois”) era um muro menos espesso e mais baixo, exterior ao fosso e à muralha e que geralmente se erguia junto das portas de modo a deixar um espaço livre onde pastava o gado em caso de cerco. Em Avis todo esse espaço vai dar lugar a ferrageais e terras baldias, que passam depois a constituir o Rossio do concelho. Veja-se o “Glossário” de vocabulário relativo à arquitectura militar, elaborado por Miguel Sanches de BAENA para a *História das fortificações portuguesas no mundo* (dir. Rafael Moreira), Lisboa, 1989, p. 326.

65 ANTT, *Tombo de 1556*, fls. 19v e 43, respectivamente. Em relação à Porta do Convento, Maria Clara Pereira da COSTA, *A vila de Avis II*, pp. 5-6, afirma que teria sido construída cerca de 1612, recebendo o nome de Porta do Anjo, data em que Filipe II autoriza obras no convento; cremos, no entanto, que o documento supra citado é bem explícito quanto à existência, anterior, dessa porta.

66 ANTT, *Tombo de 1556*, fl. 19v. Também designada por *porta da cerca do Conuento e porta traessa do Conueto* (fls. 55v e 58, respectivamente). Chamada, a partir do século XVII, por Porta de Baixo (anexa à Torre de Baixo ou da Rainha), por se localizar no nível topograficamente mais baixo da alcáçova; cf. Maria Clara Pereira da COSTA, *A vila de Avis II*, p. 5.

67 Sobre o património da Ordem em Avis, vd. Maria Cristina Almeida e CUNHA, *A Ordem militar de Avis...*, *op. cit.*, pp. 118-119. ANTT, *Ordem de Avis. Núcleo de Portalegre*, mc. 3, doc. nº 286, datado de 1327, e mc. 7, doc. nº 676, do ano de 1452: de ambos se deduz a existência de lagares em Avis. No *Tombo de 1556*, fls. 45v-46v, encontra-se uma descrição do celeiro e lagar do convento onde se recolhiam os dízimos da vila e termo, do trigo, azeite, lã e queijos. Basta percorrer este último conjunto documental para se perceber a riqueza das inúmeras propriedades que a Ordem possuía e trazia aforadas à população de Avis, desde os quintais, hortas e ferrageais aos campos de sementeira, vinha e olivais.

68 ANTT, *Tombo de 1556*, fl. 57.

e recebia reforços, prevenendo também a traição da vila contra o senhor, que se veria obrigado a uma fuga oculta e precipitada⁶⁹.

A alcáçova integrava na sua área edifícios fortificados: *huas grandes casas apouento*⁷⁰, ou seja, o paço onde residiam os mestres, e o convento, a residência dos freires, com sua igreja de invocação de N.^a Sr.^a da Graça⁷¹. As estruturas primitivas do paço, que se localiza entre a Torre de Menagem e o convento⁷², datam do século XIII, sobre as quais foram construídos, a partir de 1456, os novos edifícios que ainda hoje lá se encontram, por iniciativa do condestável D. Pedro⁷³, filho do infante D. Pedro, quando desempenhou o cargo de administrador e governador do mestrado de Avis entre os anos de 1444-1449 e os de 1456-1463, antes, portanto, de ser rei de Aragão⁷⁴.

É possível recuperar a organização do paço e do convento, definir os vários espaços internos e a sua funcionalidade, elementos de estrutura arquitectónica e materiais de construção, mercê da minuciosa descrição que deles faz o *Tombo de 1556*.

Jorge Lopes, responsável pela elaboração deste vasto e completo conjunto documental, começa por situar o Paço dos Mestres⁷⁵, que está *iunto á dita torre [a de menagem] e castello*, ao qual se tem acesso por um pateo ou *recebimento* donde se sobe por uma escada à sala principal, espaço por excelência de encenação do Poder, *de paredes muito fortes*, com seis janelas abertas para a rua e uma chaminé. Anexas a esta sala comum distribuem-se uma série de câmaras, provavelmente espaços privados, como se de quartos se tratassem, tendo junto a si um compartimento que era *guarda roupa dos Mestres*. A seguir, uma outra *seruia de Scriptorio*, decorada com pinturas de *filosofos e profetas* e mobilada *com seus almarios*. Partindo daqui há um corredor que dá acesso a uma casa pequena e a um eirado, *lageado com peitorijs de pedraria laurada em arcos e sobre ho peitoril colunas de marmore, ho tecto (...) he hũ coruchoe comprido telhado de telhoês pñados*, a partir do qual, e por uma escada em caracol muito estreita, se desce a uma açoteia *de dous arcos com duas colunas de marmores* e com as paredes pintadas de folhagem verde. Estamos já no piso inferior, onde existia um jardim e laranjal *carrado e cercado de paredes altas ameadas, ao redor das quaes tem seus alegretes de herbas cheirosas com muitos bõs assentos per elles he todo lageado, tem quatorze lorangeiras postas per elle por ordem e hũa limeira*⁷⁶. Este jardim-laranjal funcionava como local de recolhimento e de lazer e aqui se encontra a cisterna com a já citada divisa do condestável⁷⁷. O piso térreo é composto

69 Cf. Gastão de Mello de MATTOS, "Castelo" in *Dicionário de História de Portugal* (dir. Joel Serrão), Lisboa, 1972, vol. 2, pp. 9-11. Mário Jorge BARROCA, "Os castelos" in *Nos confins da Idade Média...*, op. cit., pp. 51-57; idem, *Do castelo da Reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII)*, Lisboa, 1994, pp. 61-62. Geralmente a alcáçova possuía apenas duas portas, uma para a vila e outra para o exterior; é provável que assim fosse também para Avis, onde se teriam aberto mais portas numa altura em que o perigo de guerra endémica que caracterizara os seus primeiros tempos já se não fazia sentir com tanta intensidade.

70 ANTT, *Tombo de 1556*, fl. 43.

71 Idem, *ibidem*, fl. 19. Situada a nascente, a sua traça primitiva deve ser anterior ao século XIV, conhecendo-se modificações nos séculos posteriores; cf. Luís KEIL, *Inventário artístico de Portugal. Portalegre*, Lisboa, 1943, pp. 17 e 21. A *Regra da Cavallaria...*, op. cit., fl. 11, atribui ao Mestre D. Fernando Rodrigues de Sequeira a construção da igreja e coró do convento e o começo da capela-mor. Da primitiva igreja medieval resta-nos o campanário da torre sineira com coruchéu rodeado de merlões chanfrados e colunata tardo-gótica.

72 Afirma D. Francisco Xavier do REGO, op. cit., fl. 7v, que entre a Torre de Menagem e o Convento da Ordem estava o Paço dos Mestres. Conhecem-se alterações e ampliações no paço e no convento posteriores às reformas do condestável, e da traça do arquitecto Baltasar Álvares, encarregue para o efeito por Filipe II de Portugal nos primeiros anos do século XVII.

73 Sobre o seu percurso político no contexto do Portugal quatrocentista, cf. Luís Adão da FONSECA, *O condestável D. Pedro de Portugal*, Porto, 1982.

74 Persistem ainda as marcas da sua passagem por Avis, nomeadamente na bellissima cisterna do antigo jardim no claustro do Paço dos Mestres, a qual tem um bocal oitavado onde está inscrita a sua divisa: PAINÉ. POUR. IOIE., que significa "Pena Por Glória" (*Tombo de 1556*, fl. 44v). Cf. Jorge RODRIGUES, op. cit., p. 12.

75 As citações do parágrafo relativo ao Paço dos Mestres são do *Tombo de 1556*, fls. 43-44v.

76 O uso de árvores de fruto, sobretudo de citrinos, e de plantas odoríferas, como as que aqui são descritas, mostram claramente a influência da tradição islâmica na concepção do jardim português; cf. Helder CARITA e Homem CARDOSO, *Tratado da grandeza dos jardins em Portugal*, Lisboa, 1990, pp. 25-43.

77 Ainda subsiste a ala direita deste claustro e a sua abóbada de nervuras com motivos decorativos tardo-góticos, sobretudo nos fechos das abóbadas (onde predominam os elementos vegetalistas e heráldicos).

por duas *logeas* que serviam de estrebarias, para as quais se entra por um portal que está debaixo da escada do *recebimento*. São ainda referidas outras *logeas*, mas cujas utilizações não se especificam⁷⁸.

Na *casa do conuênto*⁷⁹ está instalado o dormitório dos freires, que ocupa praticamente todo o piso superior. O inferior é compartimentado em *officinas*: casa da despensa, casa do capítulo, escola de gramática e o refeitório, com sua cozinha. Da banda sul da igreja há outro laranjal fechado com uma cisterna, com o qual entestam os aposentos do prior. Em frente destes abre-se o terreiro do convento onde estão instaladas outras suas dependências, locais de armazenagem e transformação dos produtos agrícolas provenientes das propriedades da Ordem.

É importante acrescentar ainda os materiais de construção usados neste tipo de edifícios para que se possam comparar com os da habitação comum da vila, adiante descrita: talvez assim consigamos apreender melhor o poder desta instituição e o prestígio social dos seus elementos, pela forma como materialmente o exteriorizavam. As paredes deviam ser extremamente robustas, levantadas à base de pedra e argamassa; os tectos eram forrados de madeira ou cortiça para que houvesse um isolamento térmico eficaz, sendo alguns deles pintados. O chão era ladrilhado em todas as dependências. E por fim a pedra, que era o material essencial usado nas muitas janelas e portas que rasgavam as paredes destes edifícios⁸⁰.

O infante D. Pedro, em carta de Bruges ao seu irmão, o então rei D. Duarte, datada de 1426, escrevia o seguinte: *Outra parte senhor da fortaleza [do Reino de Portugal] esta no repayramento e garnição das vilas e castelos (...) e a regra que eu ate agora vy ter em uoso reyno sobre tudo ysto he que as obras neçesarias são muytas uezes esquecidas*⁸¹, como que a lembrar-lhe que uma das funções da realeza consiste na manutenção das estruturas de defesa do reino. Cerca de trinta anos mais tarde vai ser o seu filho, enquanto governador e administrador do mestrado de Avis, que vai promover⁸² as obras de melhoramento do recinto fortificado desta vila e construir, ou reconstruir⁸³, uma Torre de Menagem⁸³. Minuciosamente descrita no *Tombo de 1556*, donde se pode deduzir o seu carácter de *domus fortis*, na medida em que conjuga a rudeza própria de uma fortificação com a funcionalidade das estruturas habitacionais, no que é semelhante a outras suas congêneres⁸⁴:

Ha torre da menagem e Castello seruese per dentro do dito apouento, per hũa das sobreditas camaras Tem duas casas d abobeda dentro em si, hũa encima doutra, tem hũas scadas largas de pedra perque sobẽ ate ho alto da dita torre, a qua[l] Scada vay toda cuberta d abobeda guarneçida

78 Organização em tudo semelhante à divisão e funcionalidade dos espaços internos do Paço, estabelecida por D. Duarte no *Leal Conselheiro*; cf. José Custódio Vieira da SILVA, "O conhecimento do Paço medieval através das reflexões de D. Duarte" in *Revista de Ciências Históricas*, IX (1994), pp. 155-163.

79 ANTT, *Tombo de 1556*, fls. 19-19v, sobre a organização do espaço conventual.

80 As informações sobre os materiais de construção usados foram recolhidas nos documentos citados nas notas 77 e 81, nos mesmos fólios.

81 Cf. *Livro dos conselhos de el-rei D. Duarte (livro da cartuxa)*, ed. diplomática de João José Alves DIAS, A. H. de Oliveira MARQUES e Teresa F. RODRIGUES, Lisboa, 1982, fls. 33-33v.

82 Num tomo da visitação da vila de Avis em 1527, Lopo de Azevedo afirma que D. Pedro mandou fazer obras na Torre de Menagem, que já existiria, então, em tempos mais recuados: *em tempo de el Rey dom pedro d aragoam gaouernador que foi deste mestrado estando nesta villa dirrubara a dita hermidã [de Santo Ildefonso] pera mandar fazer obras na dita torre [a de menagem]*; a descrição supra transcrita é, certamente, o resultado dessas obras (ANTT, *Próprios Nacionais*, nº 70, fl. 93v; trata-se do *Tombo das comendas de Avis*, datado de 1688, que, além de copiar alguns itens do elaborado em 1504 por Diogo de Azambuja fornece ainda algumas informações sobre os de 1527 e 1538). Cf. também a *Regra da Cavallaria...*, *op. cit.*, fls. 12-12v, onde se afirma que D. Pedro fez a torre da *Omenagem de Auis e os paços que estaõ entre ela e o convento*.

83 A Torre de Menagem, último reduto de defesa e aposentos do senhor, retira o seu nome do facto de ele aí receber, à maneira feudal, a homenagem ou menagem dos vassallos e, de facto, ainda no século XVIII, D. Francisco Xavier do REGO, *op. cit.*, fl. 7v, se refere a ela como a *torre da Omenagem*. Cf. Miguel Sanches de BAËNA, *op. cit.*, p. 330, e Mário Jorge BARROCA, *Do castelo românico...*, *op. cit.*, pp. 62-63, sobre a introdução da Torre de Menagem nos castelos portugueses medievais.

84 Cf. José Custódio Vieira da SILVA, *Paços medievais portugueses*, Lisboa, 1995, sobretudo pp. 26-36 e 47-69, sobre a morfologia e organização do espaço nos paços e casas fortes medievais.

e por ella muitas bombardeiras com suas Séteiras, e encima no andar da torre no meyo della sobre ha abo[be]da da casa cimeira, há hũa casa sobradada cõ porta d alcapõe perque decem à dita casa he telhada e forrada de cortica madeirada sobre hũ piaõ e tem hũa chuminé, e ao redor della hũ espaço e andaina larga perque se anda ao redor da dita torre e casa.

He ha dita torre toda ameaada de bõas ameas com seteiras e em cada hũ dos quatro cantos della tem duas pedras cõ seus furos em as quaes se assentam e aruóraõ as bandeiras, He a dita torre assi per dentro como per fora guarneçada e percintada, Tem de largo pella face da frontaria que vay pera o adro e seruintia do sobredito apouento, onze varas e mea. Naõ se medio pellas outras quadras por ho dito apouento entestar nellas e doutra parte, ho laranial e conuento, Tem perá banda do adro hũa genella de grades de ferro com os dous Scudos acima ditos, das quinas e cruz de Sam Bento e letreiro⁸⁵.

Torre construída na parte topograficamente mais elevada do recinto fortificado e cuja frontaria entesta no adro ou praça, permitindo, visual e estrategicamente, um domínio completo da vila e das suas imediações, numa íntima conexão da sua verticalidade com o Poder que enuncia. Interrogamo-nos sobre as razões subjacentes a esta edificação: tentar-se-ia recuperar um poder e prestígio já inexistentes, numa época em que as ordens militares não passavam já de uma instituição obsoleta, pelo menos na sua funcionalidade militar? Pretenderia o condestável, ao promover esta obra, afirmar, simbolicamente, o seu poder, senão senhorial, pelo menos enquanto governador do mestrado, cargo que tanto lhe foi contestado e disputado? Poderíamos pensar ainda no perigo castelhano, mas Avis, no interior, desempenhava um papel escasso como baluarte de defesa, de tal modo que Oliveira Marques, ao inventariar os castelos e cidades fortes que nesta época faziam a defesa das fronteiras e do interior, neles não inclui Avis⁸⁶, nem Duarte de Armas apresenta o seu desenho no *Livro das Fortalezas*, de 1509⁸⁷.

Manter em bom estado de conservação o convento e demais dependências é uma das preocupações da Ordem, que nomeia para o efeito, em 1 de Março de 1477, Sebastião Vaz como vedor das obras do convento e do paço da vila⁸⁸. E em 1532 Nuno Alvares, o responsável pelo numeramento da população do reino para Avis, ordenado por D. João III, afirma que *he cercada e com hu bom casteLo*⁸⁹, não desenvolvendo, porém, esta afirmação, que mais parece uma imagem *tipo*, por certo comum às outras vilas que teria visitado. Nesse mesmo ano, fr. Claude de Bronseval, secretário de D. Edme de Saulieu, abade de Claraval, na sua visita às abadias peninsulares, dá-nos uma imagem menos redutora e mais deplorável: *Cette forteresse est le siège de la Milice de notre ordre appelée Avis. (...) je montai seul au château absolument désert et en ruines*, e acrescenta, mais adiante, *je montai du bourg, bâti sur la colline, au très vieux château*⁹⁰.

85 ANTT, *Tombo de 1556*, fls. 44v-45. Em 1654 já a Torre de Menagem estaria muito arruinada: *a torre que no dito conuento hauia chamada do Castello cahio toda de hua parte (...) e a parede que ficou em pé está perigosa ameaçando ruína* (ANTT, *Ordem de Avis. Núcleo de Portalegre*, doc. n.º 1124). Em 1730 estaria ainda mais degradada, tal como o Paço dos Mestres, acabando por ser completamente destruída nos princípios do nosso século; cf. D. Francisco Xavier do REGO, *op. cit.*, fl. 7v, e João de ALMEIDA, *op. cit.*, p. 53.

86 Cf. A. H. de Oliveira MARQUES, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Nova História de Portugal (dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, 1986, vol. IV, pp. 345-347. As guerras com os muçulmanos haviam já terminado há muito, mantendo-se, porém, os conflitos com Castela ao longo de toda a segunda metade do século XV. E se Avis desempenhava escasso papel na defesa da fronteira alentejana, teria sido, no entanto, importante no palco das lutas senhoriais desta mesma época, e basta lembrar o problema de Alfarrobeira e o posicionamento político do condestável D. Pedro neste contexto, tendo em conta que o seu acesso ao mestrado de Avis se fez por via de seu pai, o regente D. Pedro. De qualquer forma, devemos assinalar, entre 1385 e 1422, um aumento de 20 para 30 do número dos seus besteiros do conto; necessidade de reforço militar a que não serão alheios os problemas com Castela (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, fl. 112v; *Ordenações Afonsinas*, Lisboa, 1984, L.º I, título LXVIII, p. 439).

87 Cf. Duarte de ARMAS, *Livro das Fortalezas*, Lisboa, 1990, ed. em fac-símile do ms. 159 da Casa Forte do ANTT, com Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco.

88 ANTT, *Chancelarias antigas da Ordem de S. Tiago. Suplemento*, L.º 1, fl. 24v.

89 ANTT, *Gavetas*, V, mc. 1, doc. n.º 47, fl. 65.

90 Fr. Claude de BRONSEVAL, *Peregrinato Hispanica. Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et Portugal (1531-1533)*, Paris, 1970, t. II, pp. 495 e 579, respectivamente; Introdução, tradução e notas de Maur Cocheril.

Depois deste reduto, nuclear para a defesa da vila e dos seus habitantes, estes usufruíam ainda da protecção das muralhas que envolviam o casario, sendo ainda visíveis alguns troços onde as casas estão agora adossadas⁹¹, o que permite uma reconstituição bem definida do seu traçado. Abundantemente referida na documentação, sendo a confrontação mais frequente quer em prédios urbanos quer rústicos, a muralha surge-nos designada por *muro* e *cerca* ou *muro da cerca*⁹². É reforçada por torres de planta quadrangular estrategicamente colocadas junto às portas para contrabalançar a sua vulnerabilidade⁹³, em número variável⁹⁴ e de nomenclatura diversa, acompanhando as mutações próprias do tempo: se para o início dos tempos modernos conseguimos localizá-las e conhecer os seus nomes, para o período medieval o seu número, posicionamento e denominações são difíceis de determinar com precisão.

A zona mais dificilmente defensável, ou seja, toda a parte que se estendia de sudoeste para noroeste, era, por isso, aquela onde a muralha se encontrava mais reforçada por torres. Primeiro, a Torre que está junto à Porta do Açougue a proteger uma das principais entradas da vila, aquela onde se encontra a inscrição epigráfica alusiva à sua fundação, como que a anunciar ao visitante a sua origem ilustre e a nobreza dos seus fundadores. Assim denominada porque era por aí que se ia ter ao açougue, instalado na praça⁹⁵, e que, no século XVI, passa a estar contíguo a esta mesma porta. É provável que o hagiotopónimo “S. Roque”, aquele que actualmente persiste, lhe tenha sido atribuído no século XIV ou XV, época na qual os surtos de peste grassavam em Portugal⁹⁶ e por isso se invocavam os santos seus padroeiros e protectores⁹⁷. Seria também conhecida, popularmente, por Torre do Rebate⁹⁸.

Caminhando paralelamente ao muro da cerca encontramos uma torre sobre a qual não dispomos de quaisquer informações, e contornando o ângulo da muralha em direcção ao sul deparamos com uma outra, designada por Torre da Porta Nova, uma vez que nas suas proximidades foi aberta uma porta com o mesmo nome, provavelmente no século XV ou

91 Note-se que o hábito de construir as casas adossadas à muralha, aproveitando o seu muro, remonta já a épocas muito anteriores, dando-nos o *Tombo de 1556*, fl. 54v, conhecimento das *casas iuntas e acostadas ao dito muro*.

92 Nesta descrição das confrontações do quintal da Mesquita, por exemplo: e do *Leuante, parte pello muro real da cerca do castello e muro q he do conuento* (ANTT, *Tombo de 1556*, fl. 63v).

93 O reforço da defesa junto às portas, pontos nevralgicos da muralha, era um dever prioritário, uma vez que estas constituíam os locais mais vulneráveis da vila em caso de ataque; cf. Jacques LE GOFF, *op. cit.*, p. 210, e Philippe CONTAMINE, *La guerre...*, *op. cit.*, p. 215.

94 Fora de um contexto militar, que obriga a um maior reforço das estruturas de defesa, e afastado, portanto, o conturbado período da *Reconquista*, o número de portas abertas na muralha seria proporcional à dinâmica das relações que o núcleo urbano mantinha com o exterior, o mais longínquo e o espaço rural circundante; cf. Iria GONÇALVES, “Entre o campo e a cidade na 2.ª metade do século XIV” in *Estudos Medievais*, 8 (1987), pp. 89-90. É por este carácter dinâmico das portas, pela constante entrada e saída de Homens e bens e da convivialidade que aí se desenvolve, que Paul ZUMTHOR as considera, mais do que as muralhas, o símbolo perfeito da cidade; cf. *La medida del mundo. Representación del espacio en la Edad Media*, Madrid, 1994, p. 125.

95 Para as referências documentais a esta porta, vd. ANTT, *Tombo de 1504*, fls. 85v-86; idem, *Ordem de Avis*, L.º 14, 1538, fl. 71v. ACMA, *Misericórdia*, Tombo 2, 1551, fl. 131. Também o *Tombo de 1556*, fls. 54v-55, mantém a mesma nomenclatura, referindo a *porta que chamao do açougue*, onde foi adicionada uma nota de 1689 a informar-nos que a *porta do muro se chamaua a porta do assougue e não porta de São Roque*.

96 A.H. de Oliveira MARQUES, *Portugal na crise...*, *op. cit.*, p. 21, apresenta uma listagem dos anos, ao longo dos séculos XIV e XV, nos quais se conhece a ocorrência de surtos de peste. A vila de Avis teria sido também atingida, provavelmente em Julho de 1480, para onde se tinham deslocado a infanta S.ta Joana e a Madre Superiora do Convento de Jesus de Aveiro, afirmando a sua cronista que: *estãdo a dita Senhora Ifante (...) per alguns dias (...) em huu lugar que se chama avis. seedo no mes de Julho. nos tepos muy efermos e os dias muito fortes e de grãdes Calmas. segundo sepre se custuma e verãao no dito lugar davys. Comecou a virtuosa madre de se sentyr mal desposta mais do costumado. Sobrevierõ lhe loguo grãdes febres e fastio. Adoeceo de todo e cama se se poder levãtar. Fazian lhe os fysicos muitos Remedios. mas ninhua cousa nõ aproveitãvã; cf. *Crónica da fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro*, Aveiro, 1939, fls. 38v-39, ed. e estudo por A. G. da Rocha MADAHIL (informação gentilmente cedida por Ana Oliveira).*

97 S. Roque, personagem que viveu no século XIV, fora também atingido pela peste durante uma peregrinação a Roma, e dizia-se que, a partir daí, curava sobrenaturalmente as vítimas atingidas por esta calamidade. Era invocado no século XV, tal como S. Sebastião, como protector contra a peste. Em Itália o seu culto conheceu um extraordinário incremento na segunda metade deste século, uma época de violentas pestilências; cf. A. Pietro FRUTAZ, “Rocco, santo” in *Enciclopedia Cattolica*, Florença, 1953, vol. X, cols. 1056-1060. O nome das portas era geralmente o das cidades para as quais estavam direccionadas e só nos finais da Idade Média se impõe o nome de santos às portas das localidades através da sua sacralização com capelas e nichos, e ainda no século XVIII havia na Porta de S. Roque um nicho com a imagem deste santo; cf. Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, “Castelos e cercas medievais. Séculos X a XIII” in *História das fortificações...*, *op. cit.*, p. 52; Luiz CARDOSO, *op. cit.*, p. 700.

98 Fr. Gaspar Xavier LEITÃO, *op. cit.*, pp. 929-930, ao enumerar as torres da vila, refere a *da porta de S. Roque*, que era do *rebate*, aquela onde estaria o sino de tocar a rebate. Podemos ver esta mesma torre, com seu campanário ladeado por ameias, em Luis KEIL, *op. cit.*, estampa XLII.

XVI, atendendo à sua denominação⁹⁹.

Avançando depois em direcção ao convento, e no sentido de sueste, encontramos a conhecida e bem documentada Torre da Porta de Évora¹⁰⁰, que guarda a porta do mesmo nome, assim chamada porque daqui se saía pelos *caminhos* ou *estradas* que se dirigiam para esta cidade¹⁰¹. É esta torre que, já na segunda metade do século XV, vai ser doada pelo rei Afonso V ao ouvidor do príncipe D. João, futuro D. João II, para nela construir uma câmara ou pombal, sob condição de, em caso de guerra, se poder usar para defesa¹⁰². A parte Sul da vila está ainda protegida pela chamada Torre de Baixo ou da Rainha¹⁰³.

Por fim, e contornando o convento pelo sentido de nordeste, encontra-se uma única porta, isolada, sem qualquer torre que a proteja, tendo a particularidade de se chamar Porta do Postigo, situada nas traseiras da mouraria¹⁰⁴. Porta de difícil acesso e fácil defesa porque mais pequena e oculta, enquanto entrada de serviço, não necessitando por isso de outra protecção, ao contrário das portas principais, de maiores dimensões pelo papel de comunicação/circulação que desempenhavam.

Arruamentos

As breves e sugestivas palavras com que Raul Proença descreve a vila de Avis das primeiras décadas do nosso século¹⁰⁵, transportam-nos de imediato para o cenário típico, mais imaginário do que real, das ruas de uma urbe medieval, pela sua estrutura, pelas suas dimensões, pela sua adaptação à morfologia de um espaço estrategicamente escolhido¹⁰⁶.

99 ACMA, *Misericórdia*, Tombo 2, 1551, fls. 17v e 25; ANTT, *Tombo de 1556*, fl. 61v. Nos finais do século XVII, a Porta Nova passou a chamar-se Porta de S.º António, e com ela, certamente, a própria torre (ANTT, *Tombo das comendas de Avis*, fl. 19v). Também Luiz CARDOSO, *op. cit.*, p. 699, afirma que primeiramente se chamava Porta Nova.

100 ANTT, *Tombo de 1504*, fl. 85; idem, *Ordem de Avis*, L.º 14, fl. 60v; idem, *Tombo de 1556*, fls. 55v, 58, 60-61. Também os tombos da Misericórdia de Avis referem frequentemente a existência desta porta nas confrontações da sua propriedade urbana.

101 ANTT, *Tombo de 1556*, fls. 58v, 66, 68v, 77v. É curioso notar-se que na cidade de Évora existe, já desde os tempos medievais, uma rua e porta denominadas "de Avis", documentadas em 1275 e 1353, respectivamente, como que a atestar a ligação íntima das duas povoações; cf. Maria Ângela Rocha BEIRANTE, *op. cit.*, pp. 46 e 129.

102 ANTT, *Leitura Nova. Odiana*, L.º 6, fls. 17-17v. Documento datado de 6 de Setembro de 1473, em Lisboa, onde consta que Afonso Álvares, ouvidor do príncipe D. João, andava a construir casas junto à Porta de Évora, sendo-lhe concedida autorização para fechar a muralha e torre para aí construir uma câmara ou pombal, com a condição de se poder usar depois em caso de guerra: *Affonso alvarez liçença pera cerrar ho muro da villa d avis com o quintall de l' s casas que h ouuer e a torre da porta d euora com as ditas casas e fazer sobre ella l' camara ou pomball // Dom affonso e etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que a nos enviou dizer affonso alvarez onyudor do príncipe nosso sobre todos muyto prezado e amado filho em ho mestrado d avis como elle fazia ora l' s casas em a dyta villa as quaaes tijnham huum quintall que vinha entestar com huum lamço do muro da dita villa contra a porta d euora. E assy comprara l' casa que emesta em o dito muro e quymtall. E assy ouuera ora huum forno junto com a dita porta d euora. E que elle por bem das ditas casas e quymtall e forno que elle ora ouuera era muyto necessario cerrar o dito muro. E assy como diz dees ha dita torre da porta d euora atee omde sse o quymtall parte contra a çisterna do comçelho. E assy queria cobrir a dyta torre da porta d euora pera fazer em ella l' camara ou pomball aynda que o seu quymtall em ella nom emteste e huum pouco esteed desuyado. E que tijnha ja dello lugar do dito príncipe meu filho que era tambem pera o fazer ssem contradiçom alç' nossa liçença e autoridade. Pidimdonos por merçee que lha dessemos. E vijsto per nos seu rrequyrimto queremdo lhe fazer graça e merçee per esta nossa carta lhe demos liçença e autoridade que sem embargo de quaaesquer nossas ordenações e defesas feytas postas em contrayro elle possa çarrar o dito muro des a dita torre atee homde sse ho seu quymtall acaba contra a çisterna do comçelho. E ysso mesmo possa çarrar comsygo a dita torre da porta d euora e fazer em ella camara ou pomball se quiser. - embargo que a dita torre nom emteste com as ditas casas e quymtall e huum pouco esteed afastada quanto quer que seja poys per ho muro de seu quymtall elle pode hir e por elle se correr. Scilicet. Com tall comdiçam que vyndo guerra ou outro caso per que seja necessario sse auerem de servir per ho dito muro e torre que emtã se despache de seruyntia pera ello quanto comprir. Scilicet. E porem mandamos aos Juyzes e officiaes e pessoas que esto ouerem de ver que lho leixem assy fazer e lhe nom comsyntam ser sobre ello posto embargo nem duuyda alç' porque assy he nossa merçee. Dada em a nossa cidade de lizboa a vi dias de setembro. Ell Rey y mandou per dom Joham galum bispo de Coymbra, Comede d arganill e do seu conselho e seu escrupiam da puridade e veador moor de suas obras. pedr affonso o fez anno de nosso senhor de mill e iij Lxxiij. No século XVII a Porta de Évora foi completamente destruída, aproveitando-se os seus materiais para a construção de novas fortificações de protecção da vila no contexto das guerras da Restauração. Fr. Gaspar Xavier LEITÃO, *op. cit.*, pp. 929-930, refere o aproveitamento dos seus materiais para se fazerem dois fortes que cobriam as portas principais, a de Évora e a de S.º António (antiga Porta Nova).*

103 Cf. Maria Clara Pereira da COSTA, *A vila de Avis I*, p. 5; idem, *A vila de Avis II*, p. 5. ANTT, *Ordem de Avis. Núcleo de Portalegre*, doc. n.º 1132, de 1566, sobre a construção de um lagar de azeite junto a esta Torre, citado e transcrito por Maria Clara Pereira da COSTA, *A vila de Avis I*, p. 8, nota 40. Luís KEIL, *op. cit.*, p. 17, chama-lhe Torre do Convento ou do Castelo.

104 ANTT, *Tombo 1556*, fl. 56v. ACMA, *Misericórdia*, Tombo 1, fls. 33v, 41v e 43v; no Tombo 2, fl. 51, relativo ao ano de 1534, refere-se a existência de um forno junto a esta porta.

105 São estas as suas palavras: "As ruas, estreitas e íngremes, trepam pelo monte, formando reentrâncias e ressaltos, quebrando-se em cotovelos, angustiando-se em apertados becos e travessas, caindo em congostas, e levando a recantos com torcicolos e casinhas irrepreensivelmente caídas, da brancura maculada dos sudários"; cf. Raul PROENÇA, *op. cit.*, p. 397.

106 Afirma Fernando CHUECA GOITIA, *op. cit.*, p. 89, que o traçado das ruas tinha de resolver as dificuldades da localização pelo acidentado do terreno, escolhido por óbvias razões de defesa, tornando-as irregulares e tortuosas.

Aqui podemos observar de que forma a função militar/defensiva que promoveu o povoado se associou ao aspecto topográfico¹⁰⁷, também este inicialmente determinado por essa funcionalidade: a vila cresceu, numa primeira fase, ao sabor destas duas motivações, e só mais tarde, afastada a insegurança provocada por guerras constantes, se desenvolveu um arrabalde, fora do perímetro amuralhado.

Reconstituir o traçado das ruas¹⁰⁸ e respectivas denominações¹⁰⁹ para Avis medieval é tarefa difícil, se não mesmo impossível, pela absoluta falta de documentos que sobre isso nos elucidem, anteriores ao século XVI. Mesmo estes, os tombos de bens e propriedades da Ordem e da Misericórdia de Avis que, pelas confrontações da sua propriedade urbana nos permitem conhecer a toponímia das ruas e de outras estruturas urbanas, a dimensão das casas e sua compartimentação interna, espaço construído e espaço aberto etc., mesmo estes, dizíamos, apresentam grandes contradições, dificultando assim a montagem deste puzzle para o qual dispomos de muito poucas peças.

Intramuros, as ruas principais seriam as directamente ligadas às portas de acesso e/ou saída da vila, colocando-a em comunicação com o espaço rural envolvente, o do seu termo, e com as mais variadas regiões, pelos caminhos que daqui partiam, disposição similar aos outros centros urbanos do país¹¹⁰.

Primeiro, e dando continuidade a uma das principais portas da vila, temos a Rua do Açougue, que se dirige directamente para a praça e termina na frente da matriz¹¹¹. A segunda em importância, tendo em conta o seu dinamismo, seria a Rua da Porta de Évora, *que vay per a cisterna*¹¹², e que, no sentido de sul para norte, desemboca também na praça, tendo no seu término o pelourinho quinhentista com as águias de Avis. Seria esta uma das mais movimentadas nas ligações com o exterior (patente, aliás, no nome da cidade para a qual está direccionada), quer para a zona rural envolvente quer para regiões mais distantes, pelo que é nas imediações da sua saída que se vai abrir o Rossio. Cortando esta via no sentido da perpendicular abre-se a mais longa das ruas, que atravessa, longitudinalmente, quase toda a urbe, a chamada Rua do Convento¹¹³, que se inicia na porta do mesmo nome e faz a ligação da alcáçova com a vila, estendendo-se ao longo de toda a povoação até quase entestar na muralha a noroeste. Estabelece a intercomunicação de espaços a que já aludimos e o seu nome demonstra a importância do pólo conventual como elemento dinâmico na organização do espaço urbano.

Paralela à da Porta de Évora e encaminhando-se regularmente para a praça encontra-se a Rua do Balcão¹¹⁴, assim chamada porque num dos seus extremos se encontra um balcão abobadado com passadiço que une os dois quarteirões e prolonga a casa sobre a rua, ainda hoje existente. Transversal a esta artéria encontramos a Rua da Cisterna, nas proximidades

107 Cf. Marcel RONCAYOLO, *op. cit.*, p. 343.

108 A terminologia relacionada com as ruas e outras vias de comunicação encontra-se em José Leite de VASCONCELLOS, *Etnografia portuguesa. Tentame de sistematização*, Lisboa, 1975, vol. VI, pp. 627-661 (organ. por M. Viegas Guerreiro).

109 Sobre toponímia urbana medieval, cf. Amélia Aguiar ANDRADE, "Conhecer e nomear: a toponímia das cidades medievais portuguesas" in *A cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares. Actas*, Lisboa, 1993, vol. I, pp. 121-140, e as fichas do já citado *Atlas de cidades medievais portuguesas*.

110 Vd. os mapas publicados no *Atlas* acima citado.

111 Depois chamada Rua da Porta de S. Roque; vd. o que antes se escreveu sobre a torre e porta do mesmo nome. Cf. Maria Clara Pereira da COSTA, *A vila de Avis I*, p. 5, que lhe atribui também o nome de Rua da Navalha, a partir de documentos do ACMA, *Misericórdia*, Tombo 1, fl. 43v; Tombo 2, fl. 17; Tombo 3, fl. 3.

112 ANTT, *Tombo de 1504*, fl. 85; ACMA, *Misericórdia*, Tombo 1, fls. 29 e 35v; Tombo 2, fls. 6 e 15. Um documento de 1473 (cit. nota 105) dá-nos conta da existência dessa cisterna, que estaria nas proximidades da Porta de Évora. Topónimo a acrescentar, além da própria Rua da Cisterna a seguir mencionada, aos inventariados por Amélia Aguiar ANDRADE, "Conhecer e nomear...", *op. cit.*, p. 129, e relativos ao abastecimento de água à comunidade.

113 ANTT, *Tombo de 1556*, fls. 49-49v.

114 ACMA, *Misericórdia*, Tombo 1, fl. 29, relativo ao ano de 1533. Maria Clara Pereira da COSTA, *A vila de Avis I*, pp. 5 e 8-10, afirma que esta rua passa a denominar-se "da Misericórdia", isto porque a partir do século XVI é nela que se encontra instalada esta instituição (fundada em 1512), com a respectiva igreja.

da qual se situava a cadeia do concelho¹¹⁵; deve notar-se, porém, que em 1504 Diogo de Azambuja indica a Rua da Cisterna Nova e a Rua da Cisterna Velha com uma azinhaga a unir as duas¹¹⁶. Refere-se também na documentação a Travessa do Forno, que foi possível localizar num pequeno quarteirão quadrangular situado entre a praça e a Rua do Convento¹¹⁷.

Intramuros ainda é notória a existência de “bairros” separados¹¹⁸, apesar da exiguidade das suas dimensões, que albergavam as minorias étnico-religiosas presentes em todo o território português medieval¹¹⁹. Curiosamente, tanto a mouraria como a judiaria se situavam, em Avis, no centro da vila, numa posição contígua à matriz e aos Paços do Concelho¹²⁰.

Temos conhecimento da existência de uma mouraria em Avis pelo menos desde o século XIV, altura em que as relações da Ordem com esta comunidade se apresentavam conflituosas. Em 1331 o Mestre D. Gil Peres consegue sentença a seu favor contra Mafamede Francelho, que os mouros forros tinham eleito para alcaide sem o seu assentimento, ficando eles desde então sujeitos aos alcaides da terra, por determinação senhorial da Ordem¹²¹. Anos mais tarde ocorre nova situação que evidencia o seu carácter minoritário e marginal. Em 21 de Julho de 1365 foi doada a D. Teresa Lourenço, mãe do futuro rei D. João I, ainda Mestre da Ordem de Avis, uma casa na Rua da Mouraria (*casas que eu ey na mouraria da dicta uylla*), para além de uma herdade, cinquenta vacas, trinta cabras e mais bens móveis, quantidade considerável de bens abandonados a favor do rei por Fatos, mulher do mouro Azmede, por terem partido sem licença para terra de mouros, provavelmente Granada ou o Norte de África¹²².

A partir de finais do século XV, com a ordem de expulsão ou conversão decretada por D. Manuel em 1496, esta comunidade “desaparece”, tal como a judaica, ao ser assimilada pela maioria cristã. No entanto a sua presença mantém-se na toponímia de ruas e lugares, permitindo-nos localizar a sua disposição neste espaço habitacional.

115 Referências documentais à Rua da Cisterna encontram-se no *Tombo de 1556*, fls. 49v-50.

116 ANTT, *Tombo de 1504*, fls. 85-85v. Idem, *Ordem de Avis*, L.º 14 (1538), fl. 50, e L.º 20 (1522-1546), fl. 191v, referem também a existência de prédios urbanos sitos na Rua da Cisterna, que confrontavam com uma azinhaga do concelho.

117 ACMA, *Misericórdia*, Tombo 1, fl. 29; Tombo 2, fl. 33v. ANTT, *Tombo de 1556*, fls. 53v-54. Amélia Aguiar ANDRADE, ao registar os topónimos relativos à construção corrente, refere a Rua do Forno e a Rua das Adegas, em Óbidos e Évora, respectivamente, a que juntamos esta Travessa do Forno, a incluir nesta tipologia; cf. “Conhecer e nomear...”, *op. cit.*, p. 135, nota 9.

118 Que dispunham, inclusive, de carneiro próprio a afirmar essa separação, talvez porque os seus princípios religiosos exigiam, à partida, hábitos alimentares específicos, pois na carniçaria da *cumia dos Judeos e mouros* cortavam-se apenas bodes e cabras. De realçar, no entanto, que a existência apartada deste tipo de estabelecimentos se verificava também entre a população cristã, visto que D. Afonso V *hordenou duas carniçarias na dicta villa, hũa dos grandes e outra dos pequenos* (ANTT, *Leitura Nova. Odiana*, L.º 2, fls. 23v-24). Teriam ainda judeus e mouros locais de culto apropriados à sua prática, e sabe-se, de facto, da existência de mesquita em Avis, assim como cemitério próprio evocado no topónimo *adro dos mouros*, como vimos atrás. A própria legislação geral do reino, que regulamentava os hábitos do quotidiano, consignava essa separação (*Ordenações Afonsinas*, Lisboa, 1984, L.º II, títulos LXVI-CXXI).

119 Cf. Maria José Pimenta Ferro TAVARES, “Judeus e mouros no Portugal dos séculos XIV e XV (tentativa de estudo comparativo)” in *Revista de História Económica e Social*, 9 (1982), pp. 75-89, com um mapa da distribuição geográfica das judiarias e mourarias no Portugal medieval, onde podemos ver que Avis é uma das poucas povoações onde existem estas duas comunidades minoritárias, apesar da reduzida dimensão do seu espaço urbano. Veja-se também a síntese mais recente devida a Saul António GOMES, “Grupos étnico-religiosos e estrangeiros” in *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325)*. *Do condado portucalense à crise do século XIV* (coord. M.ª Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem), Nova História de Portugal (dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, 1996, vol. III, pp. 309-383. Devemos acrescentar ainda que existem, na cidade de Évora dos séculos XIV e XV, famílias de judeus e mouros com o apelido “Avis”, denunciando a sua proveniência geográfica; cf. Maria Ângela Rocha BEIRANTE, *op. cit.*, p. 190. Muçulmano de Avis seria também um tal Afia Mour, referido no inventário dos bens da Ordem realizado aquando da morte do Mestre D. Martim de Avelar em 1362; cf. Pedro de AZEVEDO, *Um inventário do século XIV*, sep. de *O Archeologo Português*, VII (1902), p. 7.

120 A comprovar esta localização veja-se, por exemplo, as confrontações desta casa da Ordem: *Tem mais ha Ordem e sua mesa mestral hũa casa sobradada na dita villa na Rua da mouraria, nas costas da casa da audiência defronte da Samchristia da egreja (Tombo de 1556, fl. 51)*. Seria certamente esta a casa que a tradição atribui como pertencente à mãe de D. João I (vd. nota 122).

121 ANTT, *Ordem de Avis. Núcleo de Portalegre*, mc. 4, doc. n.º 379 (carta de sentença de Afonso IV, passada em Évora aos 10 de Março de 1331).

122 ANNT, *Chancelaria de D. Pedro I*, fls. 112-112v (edição preparada por A. H. de Oliveira MARQUES, Lisboa, 1984). Cf. Maria José Pimenta Ferro TAVARES, *op. cit.*, pp. 86-87. Também no *Tombo de 1556*, fl. 69, há uma informação relativa a este mouro Azmede, que nas guerras que entera- antreste Reino e o de castella se passou pera lá em deseuroico dEl Rey dom Fernando.

Os mouros estavam instalados junto à praça, por detrás da matriz: uma zona de grande declive e virada a Norte, por isso mais exposta à agressividade das intempéries e recebendo menor luminosidade. A Rua da Mouraria¹²³, como que entrincheirada, é, num dos lados, composta por um muro que suporta a plataforma de terreno onde está implantada a igreja, sendo prolongada a seguir pela Rua da Mourinha¹²⁴, numa descida acentuada para a Porta do Postigo.

Elementos sobre a existência de judiaria em Avis são mais tardios, pois só a partir do século XV se encontram registos documentais que lhe dizem respeito, acompanhando, portanto, o movimento de expansão da comunidade judaica por todo o reino¹²⁵. Localizava-se junto a uma das artérias mais movimentadas da vila, defronte para a praça e alongando-se pela Rua do Açougue, do lado direito de quem desce para a saída. Tal como acontece com outras judiarias, os seus arruamentos situavam-se normalmente perto das vias comerciais e de maior movimento, tendo em conta as actividades económicas a que os seus membros tradicionalmente se dedicavam¹²⁶. Apesar da ordem de expulsão, no século XVI os topónimos que atestam a sua presença persistem ainda na memória colectiva, pois nos documentos encontram-se com frequência referências à Rua da Judiaria, ou somente Judiaria, ou ainda ao *folgadoiro dos Iudeus*¹²⁷, provável evocação do espaço onde se celebravam algumas das festividades próprias do rito mosaico¹²⁸.

Fora de muros cresce um arrabalde¹²⁹, a noroeste da muralha, que se desenvolve a partir da Porta do Açougue numa demonstração da lógica de crescimento da vila: da zona da alcáçova, a mais escarpada e hostil à instalação humana, estende-se para aquela onde o relevo lhe era mais propício¹³⁰. Este arrabalde era constituído por três ruas principais e paralelas entre si, que desciam longitudinalmente pelo terreno¹³¹: a Rua dos Mercadores¹³², topónimo que anuncia o seu carácter comercial, confirmado pela proximidade do açougue e da área residencial dos judeus¹³³; uma outra rua, localizada entre esta e a seguinte, mas para a qual não encontrámos qualquer referência documental¹³⁴; e a Rua das Videiras¹³⁵, exemplo da importância dada ao cultivo da vinha, cultura que exige maiores trabalhos,

123 ANTT, *Ordem de Avis*, L.º 14, fl. 57v; idem, *Tombo de 1556*, fls. 51v-52v.

124 ACMA, *Misericórdia*, Tombo 1, fl. 31v; Tombo 2, fl. 19.

125 Cf. M.ª José Pimenta Ferro TAVARES, *op. cit.*, p. 82. Idem, *Os judeus em Portugal no século XV*, Lisboa, 1984, vol. II, pp. 17-18 e 392, onde a autora faz o levantamento da população judaica existente em Portugal, registando a presença desta comunidade em Avis a partir de 1441 com base nas chancelarias de D. Afonso V e D. João II, inventariando também as suas profissões, sendo os desta localidade mercadores e almocreves, ferreiros e alfaiates. Note-se, no entanto, a referência aos judeus de Avis nos registos da chancelaria de D. João I, nomeadamente uma carta de mercê do tributo dos judeus passada a favor de Rodrigo Afonso, aos 31 de Janeiro de 1424 (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, L.º 1, fl. 152).

126 Sobre isto veja-se Maria José Pimenta Ferro TAVARES, *Os judeus...*, *op. cit.*, vol. I, p. 273.

127 ANTT, *Tombo de 1504*, fls. 85v-86v; Idem, *Tombo de 1556*, fl. 56v. Este mesmo documento, no fl. 64v, já não refere este topónimo, mas sim um outro que pensamos ser relativo à mesma rua, com o significativo nome de "Rua Nova", demonstrando a substituição de ocupantes que possivelmente se teria operado. De facto, Amélia Aguiar ANDRADE, "Conhecer e nomear...", *op. cit.*, p. 132, afirma que após a expulsão definitiva de 1497 as judiarias deram lugar às ruas novas, aspecto comum a muitas outras localidades.

128 Sobre as diversas festividades do calendário litúrgico judaico, cf. Maria José Pimenta Ferro TAVARES, *Os judeus...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 358-359.

129 O primeiro documento conhecido que a ele se refere está datado de 1493 (ANTT, *Ordem de Avis*, L.º 2, fl. 86v); o *Tombo de 1556*, fl. 66, refere ainda as *casas novas* do arrabalde, o que parece demonstrar ser uma área de ocupação recente. O surgimento de arrabaldes é comum a praticamente todas as povoações, resultante do surto económico e populacional registado a partir da segunda metade do século XIII, após o término da *Reconquista*;

cf. Orlando RIBEIRO, "Cidade", *op. cit.*, p. 62.

130 Apesar de, mesmo nesta zona, o relevo ser bastante acidentado; provavelmente seriam poucas as possibilidades de expansão para sul, pois era aí que a Ordem devia possuir as suas melhores terras de cultivo, não permitindo, portanto, que a construção de prédios urbanos se expandisse nessa direcção, o que, na realidade, só veio a acontecer no nosso século.

131 Existem referências documentais a outras ruas do arrabalde, a da Metade, a da Estalagem e a da Carreira, mas que não foi possível localizar com precisão (ACMA, *Misericórdia*, Tombo 1, fls. 41v e 42v, Tombo 2, fl. 37v e Tombo 3, fl. 11v, datado de 1582).

132 ANTT, *Tombo de 1504*, fl. 102v; idem, *Ordem de Avis*, L.º 14, fls. 58-59v; idem, *Tombo de 1556*, fls. 51, 53 e 65v. ACMA, *Misericórdia*, Tombo 1, fl. 35v, Tombo 2, fls. 11-12, 20 e 37v, Tombo 3, fls. 9, 12, 21, 26, 30v, 31, 36v e 42v. Nesta rua conserva-se ainda um portal de estilo manuelino (a actual porta nº 5).

133 Note-se que praticamente em todas as povoações medievais portuguesas existia uma *Rua dos Mercadores*, topónimo que persiste ainda em algumas das nossas cidades e vilas; cf. as fichas do *Atlas* já citado.

134 Aquela que Maria Clara Pereira da COSTA, *A vila de Avis II*, p. 3, denomina de Rua do Meio, topónimo que ainda hoje permanece, tal como muitos outros.

135 ANTT, *Tombo de 1556*, fl. 53. ACMA, *Misericórdia*, Tombo 4, fl. 54.

razão pela qual os seus campos se situavam normalmente a pouca distância da vila. Junto à dita porta existem duas outras ruas que circulam à volta da muralha, a Rua dos Muros e a da Porta do Postigo, porque para lá se dirige¹³⁶.

A localização e o desenvolvimento do arrabalde é um sintoma de crescimento da vila, que extravasa a sua população para fora do perímetro amuralhado: por volta de 1532 residiam no arrabalde cerca de 98 moradores, quase 1/3 dos habitantes de Avis¹³⁷. Crescimento esse que se processa, uma vez afastada a guerra, em função de outros factores, os de natureza económica e social, passando a situar-se aí o centro de gravidade do aglomerado por ser o pólo económico-comercial mais dinâmico. De facto, é para as suas imediações que, no princípio do século XVI, se desloca o açougue, tornando-se como que o ponto de união do núcleo primitivo com o novo “bairro”¹³⁸. Por outro lado, e apesar de toda a vila estar em íntima relação com o espaço rural, é o arrabalde que permite uma maior proximidade aos campos de cultivo, uma mais completa fusão do núcleo urbano com a ruralidade¹³⁹.

Área inicialmente ocupada por estratos sociais elevados, que usufruem do maior dinamismo comercial que a caracteriza, é também a primeira a ser afectada pela decadência, dizendo as crónicas que o arrabalde *antigamente foy noble pella gente que o povoava e pellas cazas que habitavão, das quaes prezentemente tem muitas totalmente arruinadas e nas poucas que ainda se habitão, a mayor parte de gente pobre*¹⁴⁰. A existência de numerosos pardieiros no arrabalde (evidente sintoma de quebra no seu desenvolvimento), já atestada a partir do século XVI, leva-nos a crer que o seu nascimento se processou bastante tempo atrás, talvez durante a primeira metade do século XV, sinal de recuperação demográfica relativamente à crise do século precedente, embora o documento mais antigo que se lhe refere esteja datado de 1493.

Segundo o que atrás ficou exposto constatamos que na tipologia da toponímia urbana de Avis predominam sobretudo os elementos construtivos, pontos fixos da paisagem urbana e por isso mais facilmente perceptíveis para a identificação da diversidade dos espaços: a Rua do Convento, a do Balcão, a da Cisterna, a dos Muros e a Travessa do Forno; alguns topónimos provêm das funções dos respectivos lugares, como a Rua do Açougue, a dos Mercadores ou a das Videiras; outros ainda remetem para as indicações de saída da vila, como a Rua da Porta de Évora e a da Porta do Postigo; por fim, os que definem a diferenciação étnico-religiosa do espaço, como a Rua da Mouraria, a da Mourinha e a da Judiaria.

136 Não encontramos referências documentais concretas a estas duas ruas; Maria Clara Pereira da COSTA, *A vila de Avis II*, p. 12, refere a sua existência e localização no tecido urbano, mas com base em documentação do século XVII. Podemos, e atendendo à sua denominação, admitir que já existiriam em tempos bem mais recuados.

137 *Jtem tem esta villa e aRebalde trezemos E vinte moradores (...) E destes viuem no aRabalde novemta e oito* (ANTT, *Gavetas*, V, mc. 1, doc. nº 47, fl. 65). Adoptando o critério utilizado nos estudos demográficos para esta época, segundo o qual a cada morador corresponderia uma média de 4.6 pessoas, Avis teria cerca de 1472 habitantes, dos quais cerca de 450 no arrabalde.

138 Note-se, neste contexto de maior dinamismo comercial/populacional, a maior dimensão espacial do edifício onde, a partir do século XVI, passa a estar instalado o açougue (cerca de 8 x 8 m, para os 4 x 6 m do edifício primitivo, aquele que estava situado junto à matriz).

139 Sobre isto, cf. Jorge GASPAR, “A cidade portuguesa na Idade Média. Aspectos de estrutura física e desenvolvimento funcional” in *La ciudad hispanica durante los siglos XIII al XVI*, Madrid, 1985, vol. 1, pp. 133-147, em especial as pp. 138-141. Veja-se, sobre a organização do espaço cultivado em torno dos centros urbanos, sobretudo os do centro-litoral e Sul, Hermenegildo FERNANDES, “Sociedade e economia nos campos – séculos XII a XIV” in *História de Portugal* (dir. João Medina), Amadora, 1993, vol. III, pp. 209-210.

140 D. Francisco Xavier do REGO, *op. cit.*, fls. 9v-10. A atestar esta decadência note-se que, em finais do século XVII, *Esta Caza [do açougue] esta hoje derrubada, e não ha sinal nem memoria della mais q os buracos no muro onde estauão os pirois, e o assougue esta mudado daqui, segundo uma anotação de 1689 ao Tombo de 1536*, fl. 54v.

A habitação: tipologia e materiais

Informações sobre o tipo de casas existente em Avis colhem-se na documentação quincentista, nos tombos de bens da Ordem, que apresentam uma descrição pormenorizada das que esta instituição possuía e trazia aforadas na vila¹⁴¹, e nos da Misericórdia, onde os elementos aproveitáveis são, no entanto, mais escassos. Informando sobre a construção corrente, permitem compreender melhor a orgânica do espaço urbano, ao percebermos o modo como as gentes se organizam e distribuem no terreno e quais as estruturas materiais condicionantes da sua vivência quotidiana¹⁴². No conjunto documental da Ordem são apresentadas e descritas cerca de quinze casas dispersas pelos vários quarteirões que estruturam a habitação na vila, indicando-nos as suas dimensões, através das quais, e apesar de serem poucos os exemplos disponíveis, podemos afirmar que a habitação se organizava segundo o característico “lote gótico”¹⁴³, uma vez que a frontaria é sempre de mais reduzidas dimensões que as partes laterais, no sentido do comprimento.

A casa, predominantemente térrea, o que dá às torres e ao espaço rural envolve uma maior proeminência na paisagem, organiza-se em duas divisões, a *dianteira* e o *celleiro* (nas traseiras), sendo frequente a existência de quintais e *aruões de fruto*¹⁴⁴ adjacentes à habitação, ou outras estruturas como os fornos¹⁴⁵ e as estrebarias¹⁴⁶. Casas sobradadas¹⁴⁷, ou seja, de dois pisos, são muito poucas e em plena Idade Média seriam ainda mais raras ou provavelmente inexistentes, pois só muito tarde se registam essas alterações de estrutura, como no caso do foreiro de umas casas da Ordem situadas na praça, que *as alleuãntou de terreas e as fez sobradadas*¹⁴⁸, isto já nos meados do século XVI. Aqui, as divisões organizam-se por *logeas*, igualmente designadas por *dianteira* e *celeiro*.

Os materiais de construção mais comumente utilizados eram a pedra e o barro, e a taipa como técnica construtiva mais comum, reservando-se a alvenaria para os portais, existindo ainda um deles, de feição manuelina, numa das ruas do arrabalde. Note-se o recurso à cortiça¹⁴⁹, matéria-prima abundante na região, para forrar os tectos de alguns habitantes, aqueles que dispunham de maiores recursos para se protegerem das grandes variações de amplitude térmica registadas nesta zona do país, material que estava também presente nos aposentos da Torre de Menagem, resultante das reformas arquitectónicas empreendidas pelo condestável D. Pedro. A maioria das casas era apenas coberta de “telha

141 ANTT, *Tombo de 1556*, fls. 48-55.

142 Sobre todos estes aspectos, cf. Vítor Manuel Pavão dos SANTOS, *A casa no Sul de Portugal na transição do século XV para o século XVI*, Lisboa, 1964, e A. H. de Oliveira MARQUES, *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*, 5ª ed., Lisboa, 1987, pp. 63-86.

143 O “lote gótico” tem a forma estreita e alongada numa constante relação de cheio-vazio, que em Avis também se verifica pela quantidade de quintais que polvilham o espaço construído, quase sempre anexos às moradias, fortes marcas de ruralidade no interior do espaço urbano; sobre isto cf. Aldo ROSSI, *op. cit.*, p. 11, e Iria GONÇALVES, *op. cit.*, p. 91. Simone ROUX, *op. cit.*, pp. 1203-1206 e 1212-1214, num estudo sobre a habitação urbana num bairro parisiense entre os séculos XIII e XV, conclui que a forma da casa obedece, também, a este plano; é, no entanto, muito mais reduzida a existência de espaços verdes entre as moradias, por se tratar de uma área com tendência para uma densificação forte da sua urbanidade, em virtude de um crescimento demográfico acentuado.

144 ANTT, *Tombo de 1556*, fl. 48v. É curioso citar, em relação a uma casa situada junto à praça, *hu quintalzinho que ho inquilino tapou por mandado do Vigairo, porq se fazã nelle cugidades deshonestas à Egreia* (fl. 52). Este tipo binário, de casa térrea com duas divisões, associando funções económicas e habitacionais, é completamente generalizado na Évora medieval, uma urbe de muito maiores dimensões mas onde é predominante a construção térrea, e que aqui citamos por se situar no mesmo espaço civilizacional de Avis; cf. Maria Ângela Rocha BEIRANTE, *op. cit.*, pp. 118-128. Ainda sobre esta tipologia, cf. Manuel Silvío Alves CONDE, “Sobre a casa urbana do centro e Sul de Portugal, nos fins da Idade Média” in *Arqueologia Medieval*, 5 (1997), pp. 243-265. Estrutura habitacional que perdura ainda na chamada “casa de povoado”, típica da arquitectura tradicional alentejana; cf. Mário MOUTINHO, *A arquitectura popular portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, 1979, p. 118.

145 ANTT, *Tombo de 1556*, fl. 53v. ACMA, *Misericórdia*, Tombo 1, fls. 36v e 41v.

146 ANTT, *Tombo de 1556*, fls. 48v e 51. ACMA, *Misericórdia*, Tombo 1, fl. 33v.

147 Seriam certamente habitações de gente de avultados recursos. Atente-se à descrição de uma dessas casas, situada na Rua da Mouraria, em frente à sacristia da igreja, onde a diferença está bem demarcada: *Tem esta casa por baixo hua logea strebaria com repartimento de tauoado para palheiro. Tem hui portado grande perã rua (...) Sam as paredes desta logea até ho sobrado de pedra e cal e per cima he hua casa sobradada, forrado o tecto de bõa cortica até ho qual sam as paredes deste sobrado de taipa bem guarnecidas. Tem hua genella grande cõ suas portas de bordo sobre ha rua (...) e os portados das casas da ordem sam fechados de mui bõas portas e be afferrolhadas* (ANTT, *Tombo de 1556*, fls. 51-51v).

148 Idem, *ibidem*, fl. 48.

149 Idem, *ibidem*, fls. 51v-52.

vã”, sem forro no tecto, deixando o travejamento a descoberto.

Note-se ainda a existência de numerosos pardieiros, ou seja, casas arruinadas ou num estado avançado de degradação, algumas na praça e a maioria no arrabalde¹⁵⁰, que sabemos ter sido a área mais cedo afectada pela decadência.

Elementos polarizadores do espaço

Diferenciando-se deste tipo de construções, pela sua função, dimensão e perenidade, e enquanto expressão privilegiada da memória colectiva e dos poderes que governam a urbe, de referir ainda os edifícios que consideramos como elementos primários da organização do espaço urbano, por ser a partir deles que a vila se estruturou e desenvolveu, actuando assim como núcleos polarizadores e ordenadores deste espaço¹⁵¹.

O paço e convento dos freires, a área fortificada de que já falámos, enquanto representação material do poder, foi o factor primeiro que imprimiu dinâmica e desenvolvimento à vila; centro de poder porque propiciador da segurança, fomentou o povoamento e desenvolvimento económico da povoação e do seu termo, assegurando aos seus moradores a estabilidade necessária numa época de belicismo constante. No século XV, a edificação de uma poderosa Torre de Menagem surge como símbolo máximo desse poder, sem o qual certamente não existiria a vila como hoje a conhecemos.

A igreja matriz dedicada a N.ª S.ª da Orada¹⁵², assente sobre uma plataforma que a projecta em toda a localidade, está paredes-meias com os Paços do Concelho ou Casa da Audiência¹⁵³, como no século XVI é denominada, edifícios representativos dos poderes religioso e cívico, instalados na praça ou adro¹⁵⁴, principal centro de sociabilidade. É para este largo que todas as ruas convergem e onde se concretizam as manifestações da colectividade: o governo e administração da vila, a invocação da divindade protectora, a realização de festividades e trocas comerciais, pois era aí que, durante a Idade Média, se

150 O Tombo de 1504, fl.86, refere umas casas que eram pardieiros, sitas na rua detrás dos Paços do Concelho, certamente a da Mouraria, onde o foreiro era obrigado a fazer *cazas de morada erguidas e cubertas*. Referências à existência de pardieiros no arrabalde encontram-se no Tombo de 1556, fls. 53-53v, e no Tombo 1 da *Misericórdia* de Avis, fls. 41v-43.

151 Segundo Aldo ROSSI, *op. cit.*, p. 26, “os monumentos, sinais da vontade colectiva, expressos mediante os princípios da arquitectura, parecem colocar-se como elementos primários, quais pontos fixos da dinâmica urbana”. Estes elementos primários são aquilo a que Jacques LE GOFF, *op. cit.*, p. 224, chama “points chauds”, ou seja, um certo número de locais e monumentos que determinam o ordenamento das casas e das ruas, exercendo sobre os cidadãos um poder de atracção ou de repulsão, porque símbolos de Poder: a igreja, a fortaleza, a praça. Também Walter ROSSA, *op. cit.*, p. 254, afirma que estes elementos dão origem a largos ou terreiros, que por sua vez passam a funcionar como pólos de atracção e de densificação do tecido urbano.

152 Cf. fr. Agostinho de SANTA MARIA, *Santuário Mariano*, Lisboa, 1718, t. VI, pp. 141-142. Sobre as origens da igreja paroquial, cf. José M. Semedo AZEVEDO, *Nossa Senhora da Orada. Seu culto na História de Portugal*, Faro, 1956, p. 137, onde considera que foi a igreja paroquial de Avis fundada em 1181, antes, portanto, da edificação do castelo e do convento, para provar a anterioridade deste núcleo urbano à instalação dos freires de Évora. Rui de AZEVEDO, *op. cit.*, p. 59, coloca-a fundada em 1221, afirmação um pouco gratuita por não argumentar quaisquer tipo de razões em seu favor. É verdade que teria sido fundada nesta ou em data anterior, visto que é em Novembro daquele ano que Afonso II doa em testamento à igreja de Avis 100 maravedis: *Ecclesie de Avis quae est fratrum de Elbora C morabitinos pro meo anniuersario* (ANTT, *Gavetas*, XVI, mç. 1, doc. n.º 17). A lista das igrejas de 1320-1321 dá-nos conta da existência de uma igreja de S.ta Maria de Avis, mas não sabemos se se refere à matriz ou à do convento; doc. publicado por Fortunato de ALMEIDA, *op. cit.*, 1971, vol. IV, p. 135. Luís KELL, *op. cit.*, pp. 21-22, data do século XV a construção do actual edifício.

153 Nos inícios do século XVI é assim que é referido nos documentos (ANTT, *Tombo de 1504*, fl. 86; idem, *Tombo de 1556*, fl. 51). Trata-se de um edifício assente sobre um afloramento rochoso de xisto, construído em alvenaria do mesmo material; o alçado Norte possui cinco janelas geminadas medievais, uma delas com arcos trilobados que se encontram actualmente entaipados; os outros alçados possuem portas e janelas de cantarias diversas, também entaipadas, tendo em conta que este edifício serviu de celeiro até há bem pouco tempo.

154 Note-se que estas designações aparecem nos documentos com o mesmo significado. É o que se pode deduzir destas passagens: *Tem mais ha Ordem (...) hias casas sobradadas na praça da dita villa de Auis defronte do pelourinho; Tem mais ha dita Ordem (...) na dita villa do adro della da egreia de nossa Sñra outras casas terreas*, onde havia um quintal que confrontava com Rua publica que he ho dito adro; mais adiante refere-se a casa que tem hum portado d alvenaria pera o adro defrõte da ylharga da casa da audiencia (*Tombo de 1556*, fls. 48, 48v e 52, respectivamente). Parece, portanto, plausível a identificação da praça com o adro. Até à Baixa Idade Média a praça não era mais do que o alargamento, de dimensão e regularidade variáveis, de uma das ruas centrais do núcleo urbano; cf. Jacques HEERS, *op. cit.*, pp. 141-144. Por isso Walter ROSSA, *op. cit.*, p. 253, considera que a designação mais correcta para as cidades medievais portuguesas seria a de “largo”. Sobre a funcionalidade da praça, cf. Maria Ângela Rocha BEIRANTE, “Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais: Santarém e Évora” in *A cidade. Jornadas...*, *op. cit.*, vol. II, pp. 65-79.

localizava o açougue¹⁵⁵, instalado num edifício anexo à judiaria e fronteiro à fachada da matriz. A partir do século XVI encontra-se junto à Porta do Açougue¹⁵⁶, destinado a servir de contacto com o arrabalde que a partir daí se desenvolveu.

Tipologia da planta

A planta de uma determinada localidade é o resultado da conjugação de factores diversos em que avultam as características do meio físico, como o tipo de relevo e os cursos de água. Sabemos que na Idade Média eram muitas vezes os condicionalismos naturais que prevaleciam na escolha de um lugar a povoar (por razões económicas ou militares) e, por isso, a planta das cidades é o resultado da adaptação a condições topográficas por vezes difíceis. Este pode ser um factor determinante na composição de um lugar, mas temos de considerar também a nuclearização exercida pelos seus edifícios e outras estruturas materiais importantes, pelo poder orgânico que possuem. A própria disposição da muralha, já por si adaptada às condições do terreno, vai determinar a organização interna do espaço, e como afirma Chueca Goitia, “há sempre algo a impedir que predominem [na morfologia das cidades] o capricho e a falta de sentido”¹⁵⁷.

É um lugar-comum dizer-se que na Idade Média as cidades crescem ao acaso, limitando-se a seguir as sinuosidades do terreno, resultando daí a irregularidade do seu traçado. Já vimos que tal não acontece e se é verdade que este tipo de plano era predominante não podemos ignorar o facto de, paralelamente, existirem cidades rigorosamente planeadas, obedecendo a um padrão morfológico geométrico. De facto, a partir do século XIII a Europa cobre-se de uma série de cidades fundadas *ex novo*, designadas, em França, por *bastides* (palavra derivada de *bastir*, que significa “praça forte”). A construção de uma “cidade nova” tinha, neste caso, um claro objectivo de fortificação e defesa das fronteiras, razão pela qual a sua planta obedecia a um geometrismo rigoroso, semelhante ao de um acampamento militar¹⁵⁸. Se em França, onde encontramos os exemplos mais paradigmáticos do uso de planta regular, estas cidades surgem sobretudo por imperativos militares, na Alemanha de leste a sua fundação resultou da colonização recente de vastas áreas agrícolas, onde o plano regular não é predominante¹⁵⁹. Não é, portanto, obrigatório destas “vilas novas” ou “póvoas”, como em Portugal são chamadas, seguirem um traçado regular na sua planta, mas a maior parte delas apresenta certa regularidade¹⁶⁰.

O fundador de uma “cidade nova” é também o seu proprietário, quer seja o rei quer seja uma autoridade senhorial, sendo-lhe por isso possível desenhar a cidade com todos os seus detalhes: fortificações, praças, ruas e divisão em quarteirões habitacionais¹⁶¹. Nesta ordem de ideias, Jorge Gaspar afirma que “quando o rei ou grande senhor dispõe de poder

155 Já o foral de 1253 pressupõe a existência de um açougue em Avis, ao estabelecer o foro de portagem dos produtos que entravam na vila para aí serem comercializados, tais como os panos de côr, pescado, coelhos, cavalos, asnos, porcos, furoes, pão, vinho, couros, cera, azeite e escravos mouros; cf. nota 55. Um documento de 1478 menciona também este tipo de estabelecimentos, no qual o rei ordena que haja um carneiro que sirva o povo, que ficava obrigado a dar-lhes as carnes *homde quer que lhes prouuer em qualquer lugar e casa da dita villa que mais sentirem por seu proveito tendo balanças e pessos direitos segundo se costumam nos açougues príncipaaes das cidades E villas e lugares de meus Regnos* (ANTT, *Leitura Nova. Odiana*, L.º 4, fls. 237v-238).

156 O Tombo de 1504, fl. 80, refere a *caza terra na praça que he da ordem e he ordenada pera asougue do conselho da dita villa*, onde estaria instalado desde a Idade Média. Em 1538 seria já outra casa que estava *pegada com o muro da parte de fora à porta do açougue e parte ao norte com rua pubrica e do sull com o dicto muro da cerca da vylla* (ANTT, *Ordem de Avis*, L.º 14, fl. 71v; idem, *Tombo de 1556*, fl. 55, onde cita o alpendre da praça que em outro tempo foraõ pardieiros e nelles erã casas d açougues).

157 *Op. cit.*, pp. 93-94. Veja-se também Jacqueline BEAUJEU-GARNIER, *op. cit.*, p. 107.

158 Fernando CHUECA GOITIA, *op. cit.*, p. 95; Jacques LE GOFF, *op. cit.*, pp. 220-222.

159 Sobre a edificação de “cidades novas” na Europa medieval vejam-se, para além dos estudos citados nas duas notas anteriores, Jacques HEERS, *op. cit.*, pp. 96-145, e Leonardo BENEVOLO, *Diseño de la ciudad*, 3ª ed., Barcelona, 1982, vol. 3, pp. 177-198.

160 Cf. A. H. de Oliveira MARQUES, *Portugal na crise...*, *op. cit.*, p. 190, e Walter ROSSA, *op. cit.*, pp. 255-258.

161 Cf. Leonardo BENEVOLO, *Diseño...*, *op. cit.*, p. 178.

e gente para levantar uma nova vila, então aparece o padrão geométrico”, ou como sugere Walter Rossa: “o carácter marcadamente intencional da instituição de uma *bastide* (...) implicava a existência de uma gestão urbanística forte e racional”¹⁶².

De diversas origens, obedecendo a motivações também diferentes, tal como os locais onde se implantam, estas “cidades novas” têm, porém, alguns aspectos em comum que importa realçar: 1) fundadas entre os séculos XII e XIV, em regiões de fraca densidade populacional, de instabilidade política e/ou recentemente conquistadas ou exploradas, para as quais os seus senhores procuram atrair população mediante a outorga de privilégios; 2) situam-se, na maior parte dos casos, em sítios de topografia elevada, naturalmente defensáveis; 3) de planta regular, seguindo linhas geométricas, apresentam uma muralha envolvente, de formato variável, e um certo número de portas donde partem ruas directas a uma praça central¹⁶³.

A exposição destes aspectos só tem aqui sentido porque consideramos Avis um exemplo de tal situação, onde o traçado das ruas, não sendo geometricamente rigoroso, apresenta uma regularidade bem visível. A exemplo de muitas outras, também esta vila veio dar continuidade a um aldeamento rural pré-existente, que adquiriu assim um carácter urbano em virtude do Poder que aí se instalou, o de uma ordem militar. Se o objectivo militar da sua fundação foi determinante, pela proximidade da instável fronteira com o Islão no princípio do século XIII, foi também importante para promover a ocupação e rentabilização de vastas áreas despovoadas, e para atrair população são-lhe concedidos privilégios, nomeadamente pela outorga de duas cartas de foral.

Envolvidas por uma muralha de formato ligeiramente ovalóide, as ruas de Avis apresentam um traçado predominantemente rectilíneo, mas que por força da adaptação a uma topografia acidentada não pode ser tão rigoroso como acontece em cidades como Aigues Mortes, em França, fundada em 1246, aproximando-se mais da tipologia das cidades da Alemanha oriental, como Múnchberg, por exemplo, fundada em 1224 e obedecendo a um plano curvilíneo irregular¹⁶⁴. Também em Avis os quarteirões se apresentam, na sua maioria, de formato rectangular, onde os lotes de casas se organizam longitudinalmente, tendo com frequência quintais adjacentes nas traseiras¹⁶⁵. O largo, onde mais tarde se vai “desenhar” uma praça, encontra-se numa posição central, não em termos de rigor geométrico mas porque é aí o ponto mais elevado da vila, e, tal como nas novas fundações alemãs, nele se concentram a matriz, os Paços do Concelho e as estruturas de suporte às actividades económicas, como o açougue.

Portanto, também em Portugal encontramos aglomerados urbanos planeados, resultantes de um contexto político, social e económico semelhante ao das outras regiões europeias já referidas¹⁶⁶. No nosso país são várias as povoações que seguiram este modelo, principalmente as situadas próximo da fronteira; no Alentejo, podemos referir o Redondo, Alegrete ou Monsaraz. Esta última estrutura-se em função de uma rua central que atravessa todo o povoado e liga a porta principal ao castelo, como dois extremos de um só corpo, instalado no local mais facilmente defensável; a meio desta rua abre-se uma praça, a partir da qual são cortadas outras ruas¹⁶⁷. Se em Avis este esquema não é seguido rigorosamente,

162 Cf. Jorge GASPARGAR, “A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média” in *Finisterra*, Lisboa, IV (1969), p. 214, e Walter ROSSA, *op. cit.*, p. 256.

163 Aqui seguimos de muito perto o estudo de Jorge GASPARGAR citado na nota anterior.

164 Vd. Leonardo BENEVOLO, *Diseño...*, *op. cit.*, pp. 177-198, principalmente as plantas e imagens que apresenta destas e doutras “cidades novas”, a partir das quais estabelecemos diferenças e analogias com Avis.

165 Jorge GASPARGAR, “A morfologia urbana...”, *op. cit.*, pp. 202-203.

166 *Idem*, pp. 207-209.

167 *Idem*, *ibidem*.

pelas exigências da morfologia, mesmo assim podemos traçar uma linha que se inicia na Porta do Açougue, a principal, seguindo daí até à praça, que se estende depois para oriente até entestar no reduto fortificado.

Mas o exemplo que será mais interessante referir, pelas suas semelhanças com Avis (ambas constituíam senhorios de uma ordem militar), é o da cidade de Tomar, que cresceu sobre a pequena povoação que existia entre o rio e o sopé do morro onde a Ordem do Templo tinha o seu castelo e para a qual foi delineada, na segunda metade do século XIII, uma estrutura viária geométrica, com o objectivo de para aí transferir os habitantes leigos que residiam na alcáçova, numa época em que a função económica se impõe à militar enquanto elemento condicionante e estruturante da sua evolução urbana¹⁶⁸.

CONCLUSÃO: PODER E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

Afirma José Mattoso que devemos considerar como critério de distinção entre o espaço rural e o urbano a função política que a cidade possui, muitas vezes associada ao aspecto militar¹⁶⁹. É a cidade que concentra o poder político, expresso pela sua capacidade de intervenção no termo que constitui a sua área de jurisdição e/ou na globalidade do território nacional. Portanto, a densidade populacional e o dinamismo económico, que manifestam a vitalidade da urbe, resultam precisamente da função política que desempenha, pela capacidade de atracção, fixação e manutenção de gentes e estruturas. Em conclusão, vejamos de que forma o Poder, expresso pelo exercício de funções político-administrativas e militares, se pode aplicar na análise e compreensão da dinâmica urbana de Avis durante a Idade Média.

Aos freires de Évora foi doado o local de Avis com um vasto termo envolvente, um espaço desocupado, ou fracamente povoado e explorado, em virtude dos condicionalismos próprios da época de *Reconquista*. Numa posição central na dinâmica geo-política de então porque palco das lutas com os muçulmanos, travando as suas investidas vindas do sul ou da zona de Elvas-Badajoz, é o factor guerra que vai permitir a constituição deste senhorio. É assim que, enquanto foco de Poder, se vai tornar num importante pólo de organização socio-económica, promovendo a ocupação e rentabilização agrária do seu espaço circundante através da construção e manutenção de estruturas materiais, como a fortaleza e as muralhas, moinhos, celeiros, fornos e lagares, que atraíam e fixam população¹⁷⁰. Aspecto que lhe proporcionou preeminência regional pelo eficaz ordenamento do espaço que sob o seu mando se processou.

¹⁶⁸ Cf. Manuel Sílvio Alves CONDE, *Tomar medieval. O espaço e os homens*, Cascais, 1996, sobretudo as pp. 81-88; Walter ROSSA, *op. cit.*, pp. 258-260.

¹⁶⁹ No seu artigo "Introdução à história urbana portuguesa...", *op. cit.*, pp. 15-16.

¹⁷⁰ Marcel RONCAYOLO, *op. cit.*, p. 400, considera a população a manifestação visível do crescimento das cidades, o indicador mais directo da sua importância e desenvolvimento. Quantitativos populacionais para Avis durante a Idade Média são difíceis de determinar, tal como para as outras localidades portuguesas. A sua densidade populacional devia ser reduzida, se atendermos ao que se afirma neste documento de 1482: *a villa he tam pequena que de cauleiros nã passam de tres atee quatro. E escudeyros nam passam de quynze atee vinte (...)* em *tam pequena villa hñu soo carneçeyro a bastara a ella e aJnda a mayz que a ella* (ANTT, *Leitura Nova. Odiana*, L.º 2, fls. 23v-24). Nos finais da Idade Média deve ter atravessado um período de relativo crescimento, bem visível pela presença de um arrabalde extramuros, a que devemos acrescentar ainda o aumento de vinte para trinta besteiros do conto na transição do século XIV para o XV, proporcional à importância numérica da sua população. Pela contagem efectuada no ano de 1520 teria 320 moradores (cerca de 1472 habitantes), os mesmos do numeramento de 1532 (ANTT, *Gavetas*, IV, mç. 1, doc. n.º 2, um *Rol das vilas do mestrado de Avis em 1520*; V, mç. 1, doc. n.º 47, sobretudo os fls. 65-67). Na segunda metade do mesmo século já seriam apenas 310 fogos, com cerca de 1426 habitantes (ANTT, *Tombo de 1556*, fl. 21).

Contudo, a partir do momento em que a função militar da Ordem deixa de ter significado, uma vez terminada a guerra anti-islâmica, a que assegurava a sua existência e actuava como factor de conservação do seu poder, o mesmo que permitiu o incremento urbano da vila, a partir de então, dizíamos, a Ordem deixa de ter, nesse sentido, significado e relevância nacionais. Torna-se então uma entidade senhorial latifundiária, dedicada à administração do seu vasto património com o qual passa a manter-se, vítima, então, da sua interioridade e afastado o contexto que assegurava a prioridade da sua função¹⁷¹.

Progressivamente, o poder central vai acentuando a sua intervenção sobre as ordens militares, como que num processo de “nacionalização”, procedendo a uma reorganização e refuncionalização das mesmas para as adaptar às novas realidades e poder usufruir assim dos seus vastos bens patrimoniais¹⁷². É, de facto, a partir de finais do século XIV que a Ordem de Avis vai cair na órbita da coroa; processo que se inicia quando D. Pedro I coloca D. João, seu filho bastardo e depois rei, como Mestre da Ordem, e mais tarde, pela nomeação para o mestrado de governadores e administradores escolhidos na família real, pelo que perde, sobretudo a partir da década de 1460, todo o significado político e influência regional que antes possuía¹⁷³.

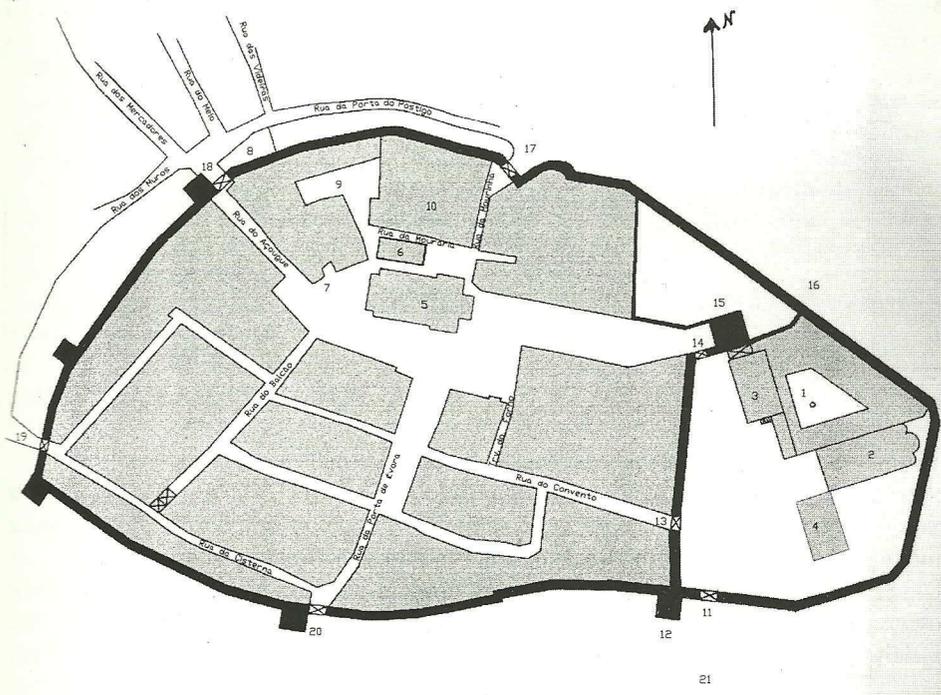
O Paço dos Mestres, enquanto representação simbólica do seu prestígio e autoridade, encontra-se já arruinado e decadente no século XVI, denunciando a perda de centralidade da Ordem e da urbe que a acolheu. Assim podemos compreender de que forma a conservação e exercício ou não do Poder é determinante para o crescimento e para a sobrevivência de uma localidade. Torna-se de igual modo compreensível o adágio popular “Avis, terra que Deus não quis”.

171 Sobre estes aspectos, cf. Emilio CABRERA, *op. cit.*, p. 149, onde podemos constatar que em Castela, nos finais da Idade Média, as ordens militares atravessaram semelhante processo. Para o caso português vejam-se Henrique da Gama BARROS, *op. cit.*, t. II, pp. 333-334, Luis Adão da FONSECA, *op. cit.*, p. 96, A. H. de Oliveira MARQUES, *Portugal na crise...*, *op. cit.*, p. 388, e Armando CASTRO, “As ordens militares na história económico-social portuguesa” in *As ordens militares em Portugal. Actas do I encontro sobre ordens militares*, Palmela, 1991, pp. 77-79. É oportuno apontar o que escreve Jacqueline BEAUJEU-GARNIER, *op. cit.*, p. 93, acerca das *bastides*, fundações exclusivamente militares, resultando daí o facto de muitas delas não terem sobrevivido às “mudanças de orientação política que motivaram a sua implantação porque a preocupação inicial não lhes havia dado elementos susceptíveis de se adaptarem às vicissitudes do desenvolvimento e à implantação de outras funções”. Avis estaria certamente condenada a semelhante trajetória, sofrendo-a em parte, se não fossem os vastos recursos fundiários de que dispunha, pois, a par das preocupações militares, o ordenamento do território nos seus aspectos socio-económicos sempre esteve presente na política dos nossos primeiros reis.

172 Cf. A. H. de Oliveira MARQUES, *Portugal na crise...*, *op. cit.*, p. 391, e Luis KRUS, “Ordens religiosas militares” in *Dicionário ilustrado da História de Portugal*, Lisboa, 1985, vol. 2, pp. 58-60.

173 Ao estabelecer o cômputo do número de tabeliães e respectivo imposto que pagavam no Portugal do fim do século XIII, elementos que considera eficazes na avaliação da força de uma localidade por nos indicarem o “valor funcional” de cada centro, uma vez que a actividade notarial incide não só ao nível local mas também regional, Jorge GASPAS afirma não possuir indicadores para Avis, mas considera que esta localidade devia ocupar, tal como Coruche, um ponto-chave na organização dos territórios envolventes, para afirmar depois que “Avis estagnou e decresceu de importância no capítulo da centralidade”, não especificando a partir de quando esta situação se começa a evidenciar; cf. *A área de influência de Évora. Sistema de funções e lugares centrais*, 2ª ed., Lisboa, 1981, pp. 62-64. Sabemos que uma das queixas do concelho de Avis às cortes de 1465 é relativa, precisamente, à diminuição do número dos seus tabeliães, que eram então apenas dois quando costumavam ser entre seis e sete (ANTT, *Leitura Nova. Odiana*, L.º 5, fls. 132-132v).

Planta de Avis na Idade Média
(hipótese de reconstituição)



Escala 1 / 1500

Legenda:

- 1- Convento
- 2- Igreja do Convento
- 3- Paço dos Mestres
- 4- Casa do Prior
- 5- Matriz
- 6- Paços do Concelho
- 7- Açougue
- 8- Açougue (séc. XVI)
- 9- Judiaria
- 10- Mouraria
- 11- Porta da Cerca
- 12- Torre de Baixo
- 13- Porta do Convento
- 14- Porta dos Alcaides
- 15- Torre de Menagem
- 16- Porta da Traição
- 17- Porta do Postigo
- 18- Porta do Açougue
- 19- Porta Nova
- 20- Porta de Évora
- 21- Rossio (Hospital)